

Revista

**FEBASE**

Ano 8  
N.º 10  
1,50 €  
Fevereiro de 2011

Federação do Sector Financeiro



Directores Adjuntos: Carlos Marques, Carlos Silva, Pereira Gomes, Vítor Baptista

Director: Delmírio Correia



União Europeia  
e Banco de Portugal  
têm de intensificar  
**supervisão bancária**

Ficha Técnica

Propriedade:  
Federação do Sector Financeiro  
NIF 508618029

Correio electrónico:  
revista.febase@gmail.com

Director:  
Delmiro Carreira – SBSI

Directores Adjuntos:  
Carlos Marques – STAS  
Carlos Silva – SBC  
Pereira Gomes – SBN  
Viriato Baptista – SBSI

Conselho editorial:  
Cristina Damião – SBSI  
Firmino Marques – SBN  
Sequeira Mendes – SBC  
Patrícia Caixinha – STAS

Editor:  
Rui Santos

Redacção e Produção:  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 113  
Fax: 213 216 180

Revisão:  
António Costa

Grafismo:  
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:  
Xis e Ére, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares  
Periodicidade: Mensal  
Depósito legal: 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

sumário

**ACTUAL** | Nacional  
Cavaco Silva vai continuar em Belém 4

**SINDICAL** | Actualidade  
UNI exige um sistema financeiro justo 5

UNI-Europa propõe sistema de denúncia de crime financeiro 7

Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Crédito Agrícola 12

Parecer favorável a contas de 2009  
e à transferência para o Fundo do Montepio 14

**CONTRATAÇÃO** | Banca  
Bancos recusam aumento salarial em 2011 8

Febase exige esclarecimentos  
sobre aplicação de medidas do Orçamento 8

**CONTRATAÇÃO** | Seguros  
O direito à contratação é fundamental para os trabalhadores 10

**JURÍDICAS** | Questões  
Código Contributivo – algumas implicações práticas 11

**DOSSIER** | Actualidade  
UE quer evitar novas crises financeiras 16

Perguntas & respostas 16

Decisões colegiais em Bancos transnacionais 18

**TEMPOS LIVRES** | Nacional  
“Educadores do xuto” voltam ao título nacional 19



20

| Bancários Norte



23

| Bancários Centro



26

| STAS Actividade Seguradora



29

| Bancários Sul e Ilhas



TEXTO: VIRIATO BAPTISTA

## Revisão salarial: que haja bom senso!

Como é do conhecimento de todos os leitores desta revista, o Orçamento do Estado para 2011 contém medidas profundamente injustas para todos os trabalhadores portugueses em geral, mas muito mais para os trabalhadores das empresas do perímetro do Estado. Enquanto os trabalhadores em geral foram afectados pelo aumento de impostos aplicados das mais variadas modalidades, os trabalhadores daquelas empresas viram, além disso, os seus salários reduzidos.

Temos perfeita consciência das dificuldades que o País atravessa. Temos igualmente noção das responsabilidades do movimento sindical em situações desta natureza. Foi dentro dessa responsabilidade e consciência sindicais que a Febase apresentou às diversas Instituições de Crédito propostas salariais para 2011 realistas e perfeitamente exequíveis.

A esse realismo e a esse sentido de responsabilidade as Instituições de Crédito respondem com algum desprezo, olhando para os seus colaboradores como se de máquinas se tratasse. A resposta de aumento Zero (0) para os trabalhadores em 2011 é demonstrativa disso mesmo.

Os Sindicatos do sector financeiro, banca e seguros, não se deixarão intimidar com esse tipo de propostas, até porque já não é a primeira vez que tal acontece, e tudo farão, estou certo, para que dentro dessas dificuldades impero o bom senso e se encontre o ponto de equilíbrio que interesse a ambas as partes – entidades patronais e sindicatos.

A redução de salários e o corte nos complementos ou em outras remunerações dos trabalhadores – que na prática se traduzem numa redução efectiva do poder de compra – em nada contribuem para o desenvolvimento do nosso País. As Instituições do sector financeiro sabem bem que

os seus colaboradores têm de comer todos os dias e de respeitar os seus compromissos ao fim de cada mês.

### Presidente da República atento às questões sociais

Chamado a escolher a mais alta figura da Nação, o povo português pronunciou-se inequivocamente pelo Professor Aníbal Cavaco Silva, assinalando desta forma a sua satisfação pela forma como cumpriu o seu primeiro mandato em Belém.

Muito se disse já e escreveu sobre a forma como decorreu a campanha eleitoral e não é minha intenção trazer à liça um momento pouco honroso para a Democracia do País, dada a forma como algumas candidaturas se comportaram.

Importa, penso, olharmos para o futuro, atentos à situação crítica que o País atravessa, que se reflecte de forma negativa na vida dos portugueses, e especialmente dos trabalhadores e dos reformados.

Perante este momento difícil, Cavaco Silva garantiu que será um Presidente atento e mais actuante, sensível às questões sociais e intervindo (tanto quanto a Constituição o permite) na vida do País, chamando a atenção para os perigos e dando conselhos avisados.

É com essa magistratura de influência, forjada no conhecimento técnico e na preocupação social, que todos nós contamos.

É isso, no fundo, que se espera de um homem que ao longo de décadas interveio, de forma significativa, na conjuntura social e que obteve pelo voto dos portugueses a confiança de uma maioria que, com clareza, ultrapassou o somatório dos votos de todos os outros candidatos deixando a larga distância (mais de 30%) o candidato que ficou em segundo lugar. ■



## Eleições presidenciais

## Cavaco Silva vai continuar em Belém

TEXTO: RUI SANTOS



cia o desejo de não votar e outros, em número indeterminado, por não terem informação atempada sobre o seu local de voto, devido a mudanças provocadas pela obtenção do novo cartão do cidadão.

Neste tema, as culpas terão de ser repartidas. E isto porque a Comissão Nacional de Eleições deveria ter prevenido o problema, com insistente informação aos eleitores sobre eventuais mudanças provocadas pela alteração dos números de eleitor, ao mesmo tempo que cada cidadão deveria ter-se informado, a tempo e horas, sobre a manutensão ou alteração do seu local de voto.

Se é preocupante o volume das abstenções, embora alguns entendam que para isso muito terá contribuído a vaga de frio

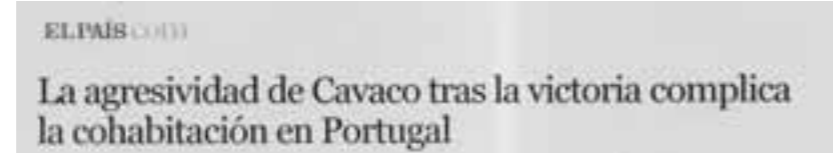
tores. E, na noite da consagração, exibiu um tom magoado mas, ao mesmo tempo, agressivo e afastado da generosidade habitual de quem ganha uma eleição. Nesse discurso, prometeu ser “o Presidente de Portugal inteiro, sem excepção”, mas não se coibiu de criticar duramente todos os seus adversários que, no conjunto, obtiveram uma percentagem de votos próxima da sua. Uma atitude que não passou despercebida à comunicação social estrangeira, que viu nesse discurso “um inusitado tom de confrontação, como sublinha, por exemplo, o diário madrilenho “El País”.

Cavaco Silva assinalou no seu discurso, que serão “prioridades imediatas” o combate ao desemprego, a contenção do endividamento externo e o reforço da com-

Os portugueses voltaram às urnas em 23 de Janeiro, desta vez para a eleição do Presidente da República. E optaram pela continuidade, dando a maioria dos votos expressos a Aníbal Cavaco Silva que, assim, vai continuar em Belém até ao início de 2016.

O acto eleitoral de 23 de Janeiro culminou uma campanha eleitoral que se arrastou por dois meses, desde as entrevistas televisivas individuais a cinco dos seis candidatos até às arruadas e aos comícios, que variaram de tom e de som, consoante os candidatos ou os locais escolhidos. Pelo meio, ficaram algumas acusações mútuas sem o devido esclarecimento e a sensação de que o povo português tem forte tendência para as recusar ou para as minimizar.

Esta eleição ficou, ainda, marcada por forte abstenção dos eleitores, atingindo mesmo a mais alta percentagem de sempre em eleições presidenciais. De facto, 53,3% dos eleitores não foram às urnas, uns assumindo em consciên-



que assolou o País naquele dia, não é menos preocupante o número de votos brancos e nulos, pelo seu significado, e – ainda mais preocupante – o voto em candidatos que, durante a campanha eleitoral, manifestaram a sua postura contra o regime e os partidos.

Sabe-se que vivemos tempos de crise económica e de incerteza. Mas sabe-se, também, que um regime democrático assenta em partidos políticos e não em “outsiders” que se anunciam como salvadores.

Cavaco Silva, que se apresentou como o “melhor preparado e com mais conhecimentos” para desempenhar o cargo, vai continuar em Belém, graças à escolha de 52,9% dos votos expressos pelos elei-

petitividade da economia portuguesa. Sabendo-se que o Governo, por ora, dispõe de mecanismos reduzidos para enfrentar tais problemas, são muitos os que prevêem que a nova coabitação entre o PR e o Governo será mais difícil que a actual, tanto mais que a campanha eleitoral mostrou bem a distância política e pessoal existente entre os responsáveis dos dois maiores órgãos políticos do País.

Acresce que muitos dos apoiantes do PR agora reeleito nunca esconderam, durante a campanha eleitoral, que vêem em Cavaco Silva o político capaz de pôr fim à actual governação. Os próximos tempos irão servir para saber se ele será capaz – ou não – de resistir a essas pressões. ■

## Conferência mundial em Lisboa

## UNI exige um sistema financeiro justo

TEXTOS: ELSA ANDRADE

A prioridade é responder à crise financeira. Com esse propósito, a UNI-Finanças vai lançar uma campanha para promover um sistema financeiro justo, que defenda os direitos dos trabalhadores e actue para o bem dos indivíduos e da economia real. A estratégia será delineada em Lisboa, na conferência mundial da organização, em Março



Lisboa acolhe a 3.ª Conferência Mundial da UNI Finanças, que se realiza na Escola Superior de Hotelaria do Estoril, em 16 e 17 de Março. Antecede-a o encontro da UNI-Europa Finanças. A Febase é anfitriã das duas reuniões magnas.

Na capital portuguesa, a UNI-Finanças vai actualizar a estratégia de acção da UNI Global Union aprovada nos encontros de Nagasaki e da Cidade do Cabo, e que define cinco objectivos estratégicos para desenvolver e fortalecer os seus sindicatos e melhorar a vida dos trabalhadores dos serviços.

Divididos por cinco áreas de actuação, os objectivos centram-se no reforço da influência nas multinacionais e empresas regionais, através de uma maior cobertura dos acordos-quadro globais e de alianças sindicais; no recrutamento e sindicalização, que aumentará a capacidade das organizações filiadas; em enfrentar a crise financeira com a exigência de trabalho com justiça, assegurando que o emprego é colocado no centro do sistema financeiro; no aumento da influência política e normativa da UNI, especialmente a nível da UE; e, por fim e a nível de organização interna, a UNI quer obter um compromisso dos seus Sindicatos sobre troca de informação pertinente, de forma a incentivar o intercâmbio e a cooperação.

Com base nestes cinco objectivos, a UNI-Finanças definiu as suas prioridades e os objectivos a atingir, ou seja, o seu Programa – a plataforma política adoptada pela Conferência anterior,

que se realizou em 2006. O objectivo é estabelecer uma união global com um impacto simultaneamente mundial, sustentável e estruturado sobre ques-

tões transnacionais que afectam os trabalhadores do sector financeiro, conciliando a força dos sindicatos filiados no planeamento de acções conjun-

## Novos líderes eleitos em Lisboa

De Lisboa sairão os novos líderes sectoriais da Organização mundial, já que a Conferência elegerá o presidente e os vice-presidentes da UNI-Finanças, bem como os membros do Grupo Director, quer titulares quer suplentes.

Os mandatos são de quatro anos, a iniciar imediatamente após o encerramento da reunião magna e cujo término será, precisamente, na conferência seguinte.

Os quatro vice-presidentes, um por cada região – Europa, África, Américas e Ásia/Pacífico – serão eleitos de entre os membros titulares do Grupo Director da UNI-Finanças.

Recorde-se que o Grupo Director compreende o presidente e os vice-presidentes, bem como membros titulares e o responsável pelo Departamento da UNI-Finanças. Por cada membro titular deve haver um primeiro e um segundo suplente. O objectivo é garantir o equilíbrio na composição do Grupo em termos de representação de homens e mulheres (cada género deve estar representado por um mínimo de um terço do total de cada região), organizações filiadas, regiões e juventude, bem como do sector da Banca e dos subsectores dos Seguros.

Em Lisboa, os membros da Conferência da UNI-Finanças vão discutir:

- propostas de alteração ao Regulamento da UNI-Finanças;
- moção sobre o Plano Estratégico da UNI-Finanças 2011-2015;
- propostas de alteração ao Programa da UNI-Finanças;
- moções sobre temas diversos.

O Grupo Director apresentou projectos de moção sobre o Regulamento e o Plano Estratégico.

O Programa da UNI-Finanças – que define a plataforma política do sector e estabelece os objectivos gerais, os métodos e as áreas-chave de actividade – divide-se em seis capítulos:

- 1 – objectivos, actividades e método;
- 2 – organização;
- 3 – alianças sindicais e comités de empresa transnacionais;
- 4 – trabalho decente e acordos-quadro internacionais;
- 5 – reestruturação;
- 6 – regulação.

## Revista Febase errou



Na reportagem sobre a reunião do Conselho Geral da Febase, que teve lugar em 17 de Dezembro e inserida no número anterior da nossa revista, faltou referir, por lapso involuntário, que também José Val-Figueira, dirigente do STAS, esteve na mesa que dirigiu os trabalhos da reunião. A devida correcção aqui fica, com o pedido de desculpas ao visado e aos leitores, bem como a foto da mesa que presidiu à referida reunião.

tas, quer a nível mundial quer a nível da empresa.

Todos os objectivos estratégicos estão estreitamente relacionados entre si, mas neste momento a prioridade quer da UNI-Global quer da UNI-Finanças é enfrentar a crise financeira. Nesse sentido, a UNI-Finanças vai liderar a campanha da Organização Global para promover um sistema financeiro justo, que defenda os direitos dos trabalhadores e trabalhe para o bem dos indivíduos e da economia real.

### Multinacionais e empresas regionais

A UNI-Finanças visa implementar um pacto global sobre assuntos internacionais que afectam os trabalhadores das finanças em multinacionais, o que passa pela manutenção das estruturas e processos existentes para acompanhamento, formação, consulta e/ou negociações entre representantes de sindicatos e as direcções das multinacionais – ou seja, a manutenção dos acordos globais e dos conselhos de empresa transnacionais.

Nesse sentido, a UNI-Finanças quer melhorar o impacto destas estruturas no processo de decisão das empresas, bem como a sua influência e dos seus Sindicatos.

A criação ou fortalecimento de redes ou alianças de Sindicatos nas multinacionais é um objectivo prioritário, o que contribuirá para alargar a cobertura a mais trabalhadores, especialmente em grandes Bancos e companhias de Seguros.

Ainda neste domínio e como forma de exercer pressão sobre as multinacionais, a UNI pretende fortalecer alianças estratégicas e de cooperação com investidores, consumidores, fundos de pensão, agências de rating e ONG.

### Recrutamento e sindicalização

Como todas as associações congéneres, a UNI-Finanças quer aumentar a sua base de apoio, o que passa pela sindicalização de trabalhadores nos sindicatos filiados e pelo recrutamento de membros para a organização.

A estratégia para alcançar esta meta inclui três vertentes: aumentar o número de organizações filiadas; aumentar o número de trabalhadores recrutados pelas filiadas; aumentar o poder dos filiados, consolidando sua força a nível internacional.

### Empregos justos

A UNI-Finanças definiu o objectivo de “empregos com justiça” como a estratégia primordial para combater a crise financeira. Sendo embora prioritário, este objectivo está relacionado com os restantes e é considerado uma base para possibilitar a conquista de progressos nos restantes.

Um elemento central da campanha da UNI-Finanças é garantir que os trabalhadores estão no cerne do sistema financeiro e que o seu papel não é ignorado no processo de reformas, pois são os trabalhadores que fazem funcionar o sector financeiro.

Nesse sentido, a UNI defende que cabe aos reguladores e às empresas garantir que as condições de trabalho, bem como os sistemas de incentivo e de remuneração, promovem os objectivos regulamentares e a qualidade do serviço prestado aos clientes – em vez de serem obstáculos à sua concretização.

As políticas da UNI-Finanças relativas a esta matéria estão definidas no documento “Por um sector financeiro responsável e sustentável – da crise financeira à reforma do sistema financeiro”.

A campanha da UNI sobre a regulação dos mercados financeiros compreende 13 reivindicações, que são adaptadas segundo as necessidades e a evolução da situação. Entre elas contam-se a exigência de medidas sobre transparência; regulação estatutária para o sector financeiro; adequação de capital; fundos de pensões e seguros; paraísos fiscais; sistema salarial de executivos; aquisição, externalização e deslocalização de empresas; protecção dos consumidores e dos trabalhadores.

### Influência política e na regulamentação

Ter força suficiente para influenciar as decisões políticas e legislativas em questões transnacionais que afectam os trabalhadores do sector financeiro é outro dos grandes objectivos da UNI-Finanças para os próximos quatro anos.

Em causa estão especialmente as actividades de regulação e de governança corporativa, quer a nível global quer regional, o que exige o empenhamento das organizações sindicais nacionais. Nesse sentido, e tendo presente a meta de exercer pressão sobre políticos, a UNI pretende desenvolver o diálogo social transnacional, bem como a cooperação e o estabelecimento de alianças estratégicas com investidores, consumidores, fundos de pensão, agências de rating e ONG sociais. Assim, a nível global a prioridade assenta no desenvolvimento de vínculos e no intercâmbio de informação com instituições internacionais como o FMI, Banco Mundial, OCDE ou OIT.

Relativamente à União Europeia, a UNI quer estabelecer canais privilegiados com a Comissão e com os responsáveis pelo Mercado e pelo Emprego, bem como com o Parlamento Europeu, o Conselho e o Comité Económico e Social.

Assegurar a participação efectiva de representantes sindicais nos órgãos consultivos das autoridades de supervisão financeira e desenvolver um diálogo construtivo com a Banca e o sector Segurador são outras linhas de actuação a seguir.

### Organização interna

No que diz respeito à organização interna, a UNI-Finanças quer reforçar a coordenação e o intercâmbio entre os seus sindicatos, sob supervisão do Secretariado.

Quanto à UNI-Europa Finanças, a aposta vai para o desenvolvimento de grupos de coordenação para as principais áreas de actividade (multinacionais, diálogo social na Banca e nos Seguros, Bancos Centrais...) e para o relançamento da rede de negociação colectiva. ■

## UNI Europa propõe

# Sistema de denúncia de crime financeiro

Texto: ELSA ANDRADE

Os deficientes mecanismos internos de fiscalização das empresas do sector financeiro foram um dos factores que contribuíram para a actual crise. Para evitar a repetição do caos, a UNI-Europa Finanças propõe a criação de um espaço europeu de denúncia de crimes

A Conferência da UNI-Europa Finanças – uma das quatro estruturas regionais da UNI-Finanças – realiza-se dia 15 de Março, antecipando a reunião magna da organização sectorial.

O Grupo Director decidiu aproveitar a ocasião para iniciar um debate sobre o papel e os métodos de trabalho da UNI-Europa Finanças. O objectivo é tirar conclusões para o futuro da organização.

São dois os principais documentos em discussão: “O movimento sindical internacional – uma nova dimensão para reforçar a defesa dos interesses dos trabalhadores”; e “Por um movimento sindical europeu mais forte, mais unido e pró-activo, capaz de responder aos desafios: preparemos juntos o futuro”. O primeiro analisa o papel da UNI-Europa Finanças, enquanto o segundo reflecte sobre os métodos internos de trabalho.

Entre as moções propostas a debate encontra-se uma que concerne às questões da supervisão do sistema, defendendo a criação de um sistema europeu de denúncia de delitos.

“Na esteira da crise financeira, tornou-se claro que as deficiências nos mecanismos de controlo interno das empresas financeiras foram um factor importante nesta crise”, lê-se na moção. Tais deficiências, acrescenta, levaram a uma situação em que as advertências sobre a situação financeira de muitas empresas não chegaram ao público em geral ou aos múltiplos intervenientes no sector.

### Os primeiros vigilantes

“Na verdade, denunciar os crimes significa garantir que os alertas prece-



ces, vindo de baixo ou de cima, chegam à autoridade de supervisão competente. Esta autoridade deve ter o poder, os meios e os recursos necessários para dar seguimento a esses alertas e, se necessário, para lançar uma investigação sobre toda a empresa”, argumenta-se na moção.

Para a UNI-Europa Finanças, “os trabalhadores são os primeiros a identificar falhas sistémicas ou operações de risco, uma vez que isso se enquadra nas suas tarefas quotidianas”. Assim, a denúncia dos crimes não seria apenas um “ponto de entrada” rápido e eficaz para os supervisores nacionais, mas serviria também para mostrar aos funcionários como as suas preocupações são levadas a sério.

A UNI propõe que as autoridades de supervisão nacionais pudessem consultar os representantes dos trabalhadores, da forma mais apropriada, através de inquéritos anónimos por telefone ou de reuniões de consulta agendadas com os sindicatos.

Nesse sentido, a UNI-Europa Finanças defende que seja posto em prática na UE um quadro legislativo eficaz para a comunicação de crimes no sector financeiro. “Este quadro deverá ser projectado de forma a fornecer aos trabalhadores do sector financeiro canais seguros e eficazes para denunciar comportamentos antiéticos e/ou criminais.”

### Compromisso

Na moção a UNI-Europa Finanças e as organizações afiliadas, garantem o seu empenhamento em:

- trabalhar para que seja posta em prática legislação europeia em matéria de denúncia de crimes no sector financeiro, em que os funcionários possam não só declarar os crimes financeiros mas também infracções aos procedimentos relevantes para agências independentes, ou seja, as autoridades de supervisão;

- trabalhar no sentido de garantir que a legislação protege contra qualquer forma de represália os trabalhadores que fazem tais denúncias;

- promover as vantagens de uma cultura de empresa que usa de forma construtiva a denúncia nas empresas financeiras (por exemplo aplicando os acordos-quadro mundiais da UNI), e vigiar os progressos;

- realizar uma campanha para dar formação aos trabalhadores do sector financeiro e actualizar continuamente os conhecimentos sobre os seus direitos e possibilidades para denunciar crimes;

- cooperar com outros parceiros com interesse nestas questões, nomeadamente ONG e agências governamentais, de forma a colocar o acento nas vantagens dos mecanismos de denúncia que funcionam bem. ■

## Ordem de trabalhos

Lisboa é palco da 3.ª Conferência da UNI-Finanças, que se realiza a 16 e 17 de Março, na Escola Superior de Hotelaria do Estoril.

A ordem de trabalhos provisória é a seguinte:

- Abertura
- Eleição das comissões de verificação de mandatos e de resoluções
- Quadro de planificação estratégica
- Vendas e aconselhamento
- Moção sobre a alteração do Regulamento da UNI-Finanças
- O futuro do sector financeiro
- Relações com as partes interessadas
- Empresas multinacionais
- Eleição do Grupo Director
- Moções
- Assuntos diversos

Contraproposta apresentada à Febase é inadmissível

# Bancos recusam aumento salarial em 2011

TEXTO: INÉS F. NETO

As respostas das várias Instituições de Crédito (IC) à proposta de revisão salarial da Febase foi... zero. Ou seja, em 2011 os vencimentos ficam como estão.

A Federação considera esta posição inadmissível e pondera formas de agir

Nos últimos dias, a Federação do Sector Financeiro (Febase) tem recebido as respostas à sua proposta de revisão salarial para 2011 relativamente às várias convenções de que é subscritora.

As contrapropostas patronais vão todas no mesmo sentido: manutenção dos actuais salários dos bancários, ou seja, sem aumento salarial em 2011.

Para a Febase, a proposta de aumento zero terá como efeito a desmotivação dos trabalhadores. Os Sindicatos estão contra este possível sentimento desmoralizante que poderá grassar na Banca e tudo farão para que ele não ocorra.

A Febase considera que apesar do difícil momento que o País atravessa, o sector bancário está em condições de ir mais além do que propõe na sua respos-

ta à reivindicação salarial dos trabalhadores. A confirmá-lo estão os resultados dos vários Bancos, que vão todos no sentido de um aumento face ao ano anterior.

Tais resultados só são possíveis graças ao empenho e dedicação dos trabalhadores, quantas vezes com recurso a trabalho suplementar não remunerado.

Assim, e face a uma contraproposta inadmissível, o Pelouro da Contratação da Federação reuniu-se no dia 1 e decidiu solicitar de imediato, a todas as Instituições de Crédito subscritoras de Acordos de trabalho, o início das negociações. ■

pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH) na CGD, que acumula o cargo com idênticas funções no Banco nacionalizado.

O responsável admitiu que do processo de refundação do BPN com vista à sua privatização poderão resultar alguns excedentários, mas não é intenção da Administração proceder a despedimentos.

Se tal redução de efectivos se vier a justificar, ela será analisada à luz da colocação desses trabalhadores noutras empresas, de reformas antecipadas ou de rescisões amigáveis de contrato, adiantou o responsável pelo DRH.

Por outro lado, e ao contrário do que pode eventualmente verificar-se nos serviços centrais, ao nível da área comercial é possível que haja necessidade de aumentar o número de efectivos – o que deve ser colmatado recorrendo aos excedentários.

O responsável pelos Recursos Humanos da Instituição confirmou que a CGD solicitou ao Governo autorização para adequar as medidas preconizadas à realidade da empresa, adiantando que ainda não obteve resposta.

Surpreendentemente, no final do mesmo dia em que esta informação foi prestada à Febase, a Administração da CGD enviou uma comunicação aos trabalhadores, na qual anuncia uma retenção de 20% no subsídio de férias de todos os trabalhadores, que entretanto foi cumprida.

A Febase entende que tal medida não só é lesiva dos interesses dos trabalhadores como viola a própria lei do OE, pelo que pediu já esclarecimentos à Administração da CGD.

## Publicação do AE no BTE

Por fim, a Febase e a CGD acordaram em proceder ao envio para publicação do Acordo de Empresa em atraso, prosseguindo separadamente a negociação sobre a adaptação do AE ao Código do Trabalho. Ou seja, deixando de fazer depender uma matéria da conclusão da outra. ■

## Em reuniões sucessivas

# Febase exige esclarecimentos sobre aplicação de medidas do Orçamento

O Secretariado da Febase questionou a tutela sobre o futuro dos trabalhadores do BPN e quer saber se o Governo vai aceitar o pedido de autorização, nomeadamente da CGD e do Banco de Portugal, para adequar a regra dos cortes salariais à realidade da Instituição

Após várias diligências junto do Ministério das Finanças, o Secretariado da Febase foi finalmente recebido no dia 12 de Janeiro pelo chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

Na Reunião foram discutidas várias preocupações da Febase, nomeadamente no que diz respeito ao futuro dos trabalhadores do BPN (ver carta).

Igualmente em análise estiveram as medidas constantes do OE 2011, e especialmente as suas implicações nas empresas do perímetro do Estado em que os Sindicatos da Febase são subscritores de convenções colectivas de trabalho.

O chefe de Gabinete de Carlos Costa Pina afirmou que sobre essa matéria o Governo mantém a posição que é publi-

camente conhecida, mas admitiu que o Executivo tem já em sua posse vários pedidos de adaptação das medidas à realidade das empresas.

No entanto, adiantou, não foi ainda tomada qualquer decisão sobre o assunto.

## Actualização salarial no IFAP

A Febase quis também explicações sobre a não actualização salarial no IFAP em 2010, mas o chefe de Gabinete de Costa Pinto limitou-se a remeter a questão para a Secretaria de Estado da Administração Pública, que tutela o Instituto.

A Febase está já a tomar as providências necessárias para solicitar uma reunião, com carácter de urgência, ao Se-

cretário de Estado Gonçalo Castilho dos Santos.

## Refundação do BPN

O Secretariado da Febase questionou também o chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro sobre notícias vindas a público que apontavam para a redução de postos de trabalho no BPN.

O responsável garantiu que o Governo desconhece em absoluto tal situação e não deu qualquer indicação nesse sentido à Administração do Banco.

Do mesmo modo, adiantou que nos pedidos de adaptação às regras do OE que chegaram ao Governo nenhum aponta para a redução do número de trabalhadores.

## Eventuais excedentários serão recolocados

A defesa dos postos de trabalho no BPN foi também um dos assuntos em foco na reunião realizada dia 13 de Janeiro entre o Secretariado da Febase e o responsável

## Pedido de esclarecimento

A revista Febase publica, na íntegra, a carta enviada ao chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças:

No seguimento da reunião que efectuámos com V. Ex.ª no pretérito dia 12 de Janeiro, vimos colocar por escrito as questões que entendemos necessitar de esclarecimento, já que nos sugeriu que o fizéssemos desta forma.

Assim:

- No que se refere à refundação do Banco Português de Negócios, pretendemos ser informados se efectivamente está previsto, ou não, qualquer corte no número de funcionários;

- Na eventualidade desta situação – redução do quadro de pessoal – de que forma será efectuada, tendo sempre presente o Decreto-Lei de nacionalização/privatização, bem como os compromissos publicamente assumidos de que todo este processo não daria lugar a despedimentos;

- Quanto à questão da não actualização da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária em 2010, gostaríamos de ver esclarecida esta questão, já que o Grupo Negociador representante das Entidades Bancárias signatárias do Acordo assinou em representação do Banco Português de Negócios, conforme se verifica na fl. 6 do documento anexo.

Conforme adiantámos na reunião que efectuámos com V.Ex.ª, acima indicada, relembramos que em reuniões realizadas com o Presidente do Conselho de Administração do BPN, Dr. Francisco Bandeira, fomos informados por este que não procederá à actualização salarial dado estar impedido de o fazer pela tutela, violando, na perspectiva desta Federação, o livremente acordado na mesa negocial.

Aproveitamos para lembrar, mais uma vez, que os trabalhadores do Banco Português de Negócios se sentem defraudados nas suas expectativas de serem actualizados os seus vencimentos, sendo crescente o sentimento de desigualdade em relação aos restantes trabalhadores bancários, que viram os seus vencimentos serem actualizados em 1% no ano de 2010.

Estas são as questões que neste momento queremos colocar a V.Ex.ª, na expectativa de uma resolução a contento dos trabalhadores e desta Federação.

## Retenções salariais na CGD

Na mesma reunião, a Febase abordou também a questão da eventual aplicação de medidas previstas no OE aos trabalhadores da CGD.



## Convenções publicadas no BTE

A revisão salarial de 2010 do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM) foi publicada no n.º 2 do Boletim do Trabalho e Emprego (BTE), de 15 de Janeiro de 2011, enquanto as tabelas salariais referentes ao ACT constam do n.º 3 do BTE, de 22 de Janeiro.

### BTE n.º 2 de 15/01/2011

ICAM – Acordo colectivo entre várias Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e outros e o Sindicato dos Bancários do Norte e outros – Alteração salarial e outras.

Foram remetidos novos elementos em 30/12/2010.

### BTE n.º 3 de 22/01/2011

ACT – Acordo colectivo entre várias Instituições de Crédito e a FEBASE- Federação do Sector Financeiro – Alteração salarial e outras e texto consolidado.

Para um emprego com direitos através da contratação colectiva

## O direito à contratação é fundamental para os trabalhadores

TEXTO: **LUIS DIAS**

Uma vez mais assistimos, em Portugal, a uma tentativa de se proceder à desregulamentação das relações de trabalho, flexibilizando-as, ainda mais, ao sabor de muito pouco claros interesses empresariais sobre a tão propalada ausência de competitividade das nossas empresas, porque a nossa realidade, neste contexto das relações de trabalho no País, e se fizermos uma análise séria e isenta, diz-nos que o actual quadro normativo tem conduzido a um exponencial aumento do desemprego e, por outro lado, a situações muito precárias de emprego, que urge corrigir, porque são geradoras de injustiças muito gritantes no seio das empresas.

Trabalhadores que desempenham as mesmas funções recebem contrapartidas das suas prestações de forma muito diferenciada, violando o princípio de “trabalho igual salário igual”, por pertencerem a empresas de trabalho temporário, que incumprem sistematicamente as tabelas salariais mínimas, acordadas nas convenções colectivas aplicáveis.

Em Portugal, e não obstante as alterações introduzidas no nosso ordenamento jurídico, na sequência do Código do Trabalho, a flexibilização das relações de trabalho tem evoluído negativamente à margem deste e disso se aproveitam as empresas, cujos dirigentes menos escrupulosos continuam a praticar a “exploração do homem pelo homem”, recorrendo à subcontratação de trabalhadores, quando o podem fazer directamente, através da figura jurídica do contrato a termo certo.

Tudo isto acontece perante a inoperância de fiscalização por parte do Governo que, ao invés de controlar e delimitar o âmbito de actuação dessas empresas, se limitou a fazer publicar legislação para enquadrar a sua nefasta existência. Tememos que a sua crescente proliferação contribua para agravar as condições de precariedade do emprego e, concomitantemente, fazer aumentar, ainda mais, o desemprego.

Como é consabido, é da inteira e exclusiva responsabilidade política e social do Governo a criação de emprego com direitos, sob pena de tudo passar a ser precário e, no limite, até as próprias instituições do Estado poderão vir a sê-lo. Será que é isso que se deseja com mais esta tentativa de flexibilização das relações de trabalho?

Obviamente, que se exige uma maior qualificação profissional dos trabalhadores, quer a nível escolar, quer a nível de processos de formação contínua, direccionada para a sua integração plena na vida activa, em especial dos jovens, e para a criação de mais e melhor emprego. Também a reconversão e a requalificação dos actuais activos é um caminho a prosseguir por todos os agentes intervenientes no sistema produtivo. Aliás, a formação deve passar a ser considerada pelas empresas não como um custo, mas sim como um investimento de retorno garantido.

Assume assim, cada vez mais, no seio das empresas, um papel preponderante o que, sociologicamente, se costuma apelar de “saber fazer”. Ao contrário a mão-de-obra precária e desqualificada é sinónimo de baixa produtividade.

Se lhe associarmos a falta de capacidade técnica na gestão das empresas, bem como o baixo nível de formação escolar e académica de alguns dos nossos empregadores, que vêem o seu estatuto social ser ameaçado por um qualquer técnico com maiores qualificações, a situação complica-se e a precarização vai ganhando terreno em todos os domínios. É por isso que os desafios que se colocam aos empregadores – e também aos trabalhadores – são múltiplos, nesta conjuntura de crise financeira profunda a nível mundial, que está a afectar as economias mais débeis e vulneráveis, por virtude da actuação especulativa global dos “agiotas” dos mercados financeiros e, que certamente, irá provocar uma redivisão internacional do trabalho, à qual ninguém ficará imune, porque nada será como dantes.

Neste contexto, ganha primordial importância a necessidade de ser implementada a criação de emprego com direitos, que possam minimizar os efeitos mais perversos, emergentes desta crise global que afectou também as maiores economias mundiais, onde o factor trabalho é determinante para a sua sustentabilidade. Neste momento, assistimos ao reposicionamento dos “donos” do Mundo, os capitalistas “sem rosto”, que pretendem continuar a beneficiar dos contributos da chamada sociedade do conhecimento, através da apropriação dos sistemas de informação, que lhes permite especular sobre tudo e todos, sem serem controlados pelos poderes democraticamente

constituídos e que relevam do sufrágio universal. Daqui releva que temos uma deficiente regulação deste fenómeno, o que provoca, por sua vez, uma deficiente governação do social à escala planetária, subordinando-o aos ditames e à voracidade dos especuladores financeiros.

É que a economia globalizou-se, mas as instituições ficam locais. A liberdade de associação sindical é só para alguns. Ao invés, a globalização e a crise financeira são para todos.

Por outro lado, a responsabilidade social das empresas tem de assumir também uma dimensão global, através do estabelecimento de códigos de ética para as empresas transnacionais, negociados com as estruturas globais representativas dos trabalhadores (comités de empresa e/ou outras), bem como um pacto global, a nível das organizações políticas internacionais, onde se deverá entroncar o direito inalienável à negociação colectiva.

Por isso, num Estado de direito com direitos, dizemos sim ao primado da negociação colectiva e aos mecanismos democráticos em sede de concertação social, para além de que, a todos os intervenientes neste processo, lhes é exigido que façam um esforço político sério, no sentido de não se continuar a alimentar de forma desregulada a “exploração do homem pelo homem”.

Será que a pretendida medida economicista de reduzir os encargos patronais com os despedimentos dos trabalhadores mais antigos nas empresas irá contribuir para mais e melhor emprego? Ou será através de medidas muito claras, de combate às formas atípicas de trabalho precário e à precariedade das relações de trabalho, fomentando a igualdade de oportunidades e o direito a uma vida digna, numa simbiose quase perfeita entre o económico, o social e o cultural no seio das nossas empresas, em que os sistemas educativos e de formação, bem como uma visão estratégica de uma gestão dinâmica para o seu desenvolvimento sustentado, devem ser os instrumentos privilegiados para se aumentar a sua produtividade e competitividade, sem exclusões nem reduções dos trabalhadores mais antigos e através da negociação colectiva, certamente conduzirá à existência de relações de trabalho duradouras e a um emprego com direitos. ■

## Código Contributivo – algumas implicações práticas

TEXTO: **CARLA MIRRA\***

Com o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, uma lei geral ou código veio sistematizar, num só diploma, variada legislação (mais de 40 diplomas), clarificando os princípios que determinam os direitos e obrigações e introduzindo mais justiça e equidade no esforço contributivo. Aliás, no mesmo sentido, pretendeu-se reforçar os mecanismos de combate à fraude e evasão fiscal, aumentando em simultâneo as receitas: com alteração de algumas das taxas e também com o alargamento da base de incidência contributiva.

A Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, aprovou o Código, tendo a entrada em vigor sido suspensa por um ano: ao invés de entrar em vigor no dia 01/01/2010, entrou um ano mais tarde, em 01/01/2011. No entanto, o Código veio a ser alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei OE) e regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

As grandes alterações resultantes do Código dos Regimes Contributivos poderão resumir-se aos seguintes aspectos: melhor clareza no regime legal; fomento da empregabilidade e dificuldade na precariedade (suspensão até 2014); alargamento da base contributiva e sua aproximação à do IRS; criação de uma taxa para as entidades contratantes de trabalhadores independentes; desenvolvimento do regime dos trabalhadores independentes e aumento escalonado de taxas.

O Código vem regular a relação jurídica contributiva entre os contribuintes e os beneficiários (trabalhadores) e o sistema previdencial da Segurança Social, mas alguns dos objectivos apontados, nomeadamente dificultar o trabalho precário, fomentar o emprego e promover a estabilidade das relações laborais, acabam por ser postos em causa ou sair de certa forma frustrados, não só devido ao adiamento de algumas das alterações como pelas suas próprias implicações práticas.

Na verdade, com a Lei n.º 55-A/2010, de 31/12, foi adiada a entrada em vigor de algumas disposições legais cujos objectivos iam nesse sentido, designadamente:

a) Foi adiada, para depois de 01/01/2014, a alteração das taxas contributivas das entidades empregadoras, de 23,75% para 22,75%, nos contratos sem termo e para 26,75%, nos contratos a termo.

b) Foi adiada, para depois de 01/01/2014, a entrada em vigor da base de incidência contributiva sobre as seguintes remunerações: participação nos lucros das empresas, contribuições da entidade patronal para seguros de vida, fundos de pensões e planos de poupança reforma ou quaisquer regimes complementares de Segurança Social; e prestações relacionadas com o desempenho obtido pela empresa, que revistam carácter estável.

Em ambos os casos indicados, a entrada em vigor destas alterações depende de regulamentação e terá de ser precedida de avaliação, em sede de concertação social.

### Maior convergência com sistema de contribuições fiscais

Um ponto que cumpre realçar é o de que passa a existir uma maior convergência com o sistema de contribuições fiscais, no que concerne ao conceito de remuneração. Algumas das prestações, que passam a ser alvo de contribuições, estarão sujeitas a incidência contributiva, nos mesmos termos previstos no Código do IRS (por exemplo: subsídios de refeição; ajudas de custo, abonos de viagem, despesas de transporte e outras equivalentes; abonos para falhas; valores correspondentes às retribuições a cujo recebimento os trabalhadores não tenham direito, em consequência de sanção disciplinar; compensação por cessação do contrato de trabalho por acordo, apenas nas situações com direito a prestações de desemprego; as importâncias auferidas pela utilização de automóvel próprio em serviço da entidade empregadora). Para além disso, integram ainda a base de incidência contributiva, todas as prestações que sejam atribuídas ao trabalhador, com carácter de regularidade, em dinheiro ou em espécie, directa ou indirectamente, como contrapartida da prestação do trabalho, quando ocorram os seguintes pressupostos: a atribuição das mesmas se encontre prevista se-

gundo critérios de objectividade, ainda que sujeita a condições e constituam um direito do trabalhador e este possa contar com o seu recebimento independentemente da frequência da concessão.

### Alterações nas taxas aplicáveis

Também se verificaram alterações a nível das taxas aplicáveis: membros dos órgãos estatutários; pré-reforma; pensionistas em actividade; trabalhadores em regime de trabalho intermitente; trabalhadores em regime de muito curta duração; trabalhadores em regime de acumulação (trabalho por conta de outrem e actividade profissional independente para a mesma empresa ou para empresa do mesmo agrupamento empresarial) e trabalhadores independentes.

Quanto a este último ponto, cumpre realçar, resumidamente, que os trabalhadores independentes ou prestadores de serviços suportarão 29,6% de taxa contributiva, ficando 5% a cargo da entidade contratante (num total de 34,6%). A contribuição que impende sobre as entidades contratantes pretende-se que funcione como instrumento penalizador das empresas que contratam a recibo verde. Apenas a entidade contratante, ou empresa que com ela integre o mesmo grupo empresarial, a quem um trabalhador independente, que não seja exclusivamente produtor ou vendedor de bens, preste, no mesmo ano económico, 80% ou mais do valor da sua actividade em prestação de serviços, pagará 5% sobre o valor total da prestação de serviços que lhe foi efectuada (dos 80%) referente ao ano económico em que tal ocorreu.

A avaliação sobre se uma determinada entidade contratante beneficia de, pelo menos, 80% da actividade de um trabalhador independente será oficiosamente efectuada pela Segurança Social, que poderá alertar a ACT, para que esta avalie a legalidade da situação e verifique se a alegada prestação de actividade, não se trata afinal de trabalho dependente “encapotado”.

Agora, só a aplicação prática do Código demonstrará as eventuais “consequências”. ■

\*Advogada do STAS

## Fundo de Pensões

## Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Crédito Agrícola

Texto: Inês F. Neto

O Fundo de Pensões das Instituições de Crédito do Crédito Agrícola Mútuo (CA) apresentava, no final de Dezembro de 2009, um rácio de financiamento indicado pelo actuário de 110,5%, resultante da utilização da possibilidade constante do Aviso 4/2005 do Banco de Portugal para amortização do actual deficit, sem o que o nível de financiamento seria de 73,8%. A contribuição totalizou 3.899.215 euros, incluindo 1.173.180 euros relativos às contribuições dos participantes



A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola (CA) reuniu-se em 25 de Janeiro, tendo por objectivo a análise da documentação disponibilizada, nomeadamente do Relatório do Actuarial de 2009 elaborado pelo actuário responsável. Da Comissão faz parte e estiveram presentes, em representação dos Sindicatos da Febase, Delmiro Carreira e Mário Mourão.

«O nível de financiamento aumentou ligeiramente relativamente a 2008, estando agora em 73,8%. Este valor derivou já em 2008 da inclusão das responsabilidades com os encargos SAMS. Utilizando a possibilidade de amortização do deficit conforme o Aviso 4/2005 do BdP, existe um plano de amortização para o deficit de financiamento devido ao acréscimo destas e de outras responsabilidades decorrentes das situações previstas no mesmo Aviso», refere a análise dos consultores dos Sindicatos da Febase, pertencentes ao Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa). E conclui:

«Considerando a amortização dessas responsabilidades, o nível de financia-

mento estimado pelo actuário em 2009, é de 110,5%».

Ou seja, «o montante em deficit é de 18.152.776 euros», pelo que utilizando um plano de amortização o rácio de financiamento indicado pelo actuário passa para 110,5%.

É também salientado o facto de o nível de financiamento ter aumentado ligeiramente relativamente a 2008.

#### Normas do ACT do Crédito Agrícola

O documento do CIEF refere ainda que as contribuições para 2009 foram realizadas, «pelo que se conclui que o Associado cumpriu o plano de financiamento indicado pelo actuário responsável».

Nesse sentido, foram efectuadas contribuições que totalizam 3.899.215 euros, valor que inclui as contribuições dos participantes, que atingiram 1.173.180 euros. «Este montante ultrapassa o valor estimado para custo do ano, pelo que concluímos ter existido em 2009 um esforço financeiro por parte dos Associados para cumprir o plano de amortização previsto, resultante do acréscimo de responsabilidades decorrentes dos encargos com os SAMS», lê-se no documento.

Recorde-se que o financiamento das responsabilidades é feito através do Fundo de Pensões Crédito Agrícola, cuja entidade gestora é o Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A. Os associados deste Fundo são as Instituições de Crédito subscritoras do contrato constitutivo do Fundo.

O Plano de Pensões do CA segue o estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola (ACT), sendo deste modo complementar ao regime geral da Segurança Social.

As contribuições efectuadas por participantes admitidos após 1 de Janeiro de 1995 decorrem do estabelecido no ACT do sector bancário.

#### Benefícios garantidos

O salário pensionável é aquele que está definido no ACT, sendo os benefícios garantidos pelo Fundo de Pensões as reformas por invalidez presumível, por invalidez e por sobrevivência, bem como os encargos com os SAMS.

No que diz respeito aos direitos adquiridos, o documento salienta que estão previstos no plano de pensões de acordo com a cláusula 140.ª do ACT.

Refira-se igualmente que os dados da população revelam uma responsabilidade constituída por 358 pensionistas, 35 reformas antecipadas e 4.127 activos.

A população activa tem uma idade média de 43 anos, média que sobre para 60 anos no caso da população de pensionistas.

«Relativamente a 2008 verificou-se uma movimentação da população que originou aumentos no número de activos em 75 e no número de pensionistas em 69», salienta o estudo.

#### Pressupostos utilizados

O método utilizado para apuramento das responsabilidades bem como para a determinação do custo do ano foi o recomendado pela Normas Internacionais de Contabilidade – o Unit Credit Projected.

Já os pressupostos utilizados para avaliar as responsabilidades são os recomendados pelas entidades reguladoras bem como pelas normas internacionais de contabilidades existentes para este fim (IAS 19).

O documento do CIEF salienta ainda que «apesar de se tratar de um fundo sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal, o actuário apresenta um cenário mínimo de solvência (segundo as normas do ISP) e outro relativo ao cenário de financiamento (segundo as normas do BdP)».

#### Adequação dos activos às responsabilidades

Analisando a composição da carteira de activos financeiros no final de 2009, os consultores da Febase consideram que «a política de investimentos pode ser considerada ajustada ao risco do Fundo, tendo em conta a idade média dos participantes (43 anos) e o montante de pensões pagos por ano, de 909.574 euros».

Comparando a alocação dos activos financeiros em 2009 relativamente à verificada em 2008, constata-se que a componente de rendimento fixo teve um acréscimo de 13,4 pontos percentuais por contrapartida de uma redução da liquidez de 15,5 pontos percentuais, confirmando assim «a política de gestão prudente, mas rentável, que tem vindo a ser seguida».

O valor indicado como retorno real dos activos é de 2.647.932 euros, o que se traduziu numa taxa de rendimento efectiva de 6,94% em 2009, superior à taxa técnica de 5,5% utilizada para o cálculo das responsabilidades. ■

O documento salienta que foram estimadas medidas de risco Activo-Passivo e efectuado o *Stress test*, considerando variações nas taxas de juro. «A análise de solvência prevê alguns cenários tendo em conta o pagamento de contribuições esperadas através do método utilizado e também prevendo o pagamento das prestações definidas

para o plano de amortização previsto de modo a garantir a total cobertura das responsabilidades estimadas no longo prazo», conclui.

Assim, atendendo à composição da carteira afecta aos passivos e aos testes que foram efectuados, os consultores da Febase não vêem razão para pôr em causa o ALM proposto pelo actuário responsável. ■

#### Pensionistas

	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)
Velhice	172	74,00	2.204
Invalidez	88	56,00	3.117
Viuvez	57	62,30	1.114
Orfandade	26	15	485
Pré-reforma	15	63	68.022
Total	358	60,31	2.038

#### Reformas antecipadas

	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)
Total	35	61,80	3.163

#### Activos

	N.º	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)
Idades < 65 anos	4.101	42,8	16,1	26.824
Idades >= 65 anos	26	66,1	25,4	29.979
Participantes c/ direitos adquiridos	2	57,5	10	25.820
Total	4.129	42,95	16,16	26.844

#### Responsabilidades do Fundo

	Responsabilidades	Unidade: mil euros
		%
Activos	43.501.417	73,8
Pensionistas	15.452.926	26,2
Total	58.954.343	100,0

#### Composição da carteira de títulos

Títulos	2008	2009
Títulos de rendimento fixo	71,8%	85,2%
Taxa fixa	63,0%	75,7%
Taxa variável	8,8%	9,5%
Acções	1,9%	2,4%
Fundos de investimento	7,9%	9,4%
Liquidez	18,4%	3,0%
Total	100,0%	100,0%

## Comissão de Acompanhamento analisa Fundo de Pensões do Finibanco

## Parecer favorável a contas de 2009 e à transferência para o Fundo do Montepio

TEXTO: INÉS F. NETO



O Fundo de Pensões do Banco Finibanco apresentava, no final de Dezembro de 2009, um nível de financiamento de 111%, cumprindo assim o rácio mínimo de financiamento imposto pelo Banco de Portugal. As contribuições foram de 6.149.000 euros no caso da quota-parte do Finibanco e de 56.000 euros na do Finivalor

A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Banco Finibanco reuniu-se em 27 de Janeiro, tendo por objectivo a análise do Relatório Actuarial de 2009 elaborado pelo actuário responsável. Da Comissão faz parte e esteve presente, em representação dos Sindicatos da Febase, Delmiro Carreira.

A Comissão pronunciou-se favoravelmente no que diz respeito às contas de 2009, que estavam em análise, mas também à transferência do Fundo de Pensões do Finibanco para o Fundo de Pensões do Montepio Geral, em sequência do processo de integração do Banco na instituição mutualista, há pouco concluído.

«Dado que as quotas partes do valor do fundo são de 74.423.923 e de 812.774, verifica-se um nível de financiamento de 111% face ao montante de 66.826.802 e de 727.819 de responsabilidades, respectivamente», refere a análise dos consultores dos Sindicatos da Febase, pertencentes ao Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa). E conclui: «Verifica-se assim cumprido o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP».

O documento do CIEF refere ainda que as contribuições para 2009 foram realizadas, «pelo que se conclui que o Associado cumpriu o plano de financiamento indicado pelo actuário responsável». Nesse sentido, foram efectua-

das contribuições de 6.149.000 euros (Finibanco) e 56.000 euros (Finivalor). Recorde-se o Fundo de Pensões tem como único associado o Banco Finibanco.

A equipa do CIEF analisou o relatório actuarial de 2009, cujo financiamento das responsabilidades é feito através do Fundo de Pensões, que tem como entidade gestora a CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O Plano de Pensões, refira-se, segue o estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) do Sector Bancário e é complementar aos regimes públicos de protecção social, sendo as pensões resultantes dependentes das atribuídas pela Segurança Social. As contribuições dos participantes são aquelas que se encontram previstas com carácter obrigatório no ACT do sector.

Quanto ao salário pensionável, este é a última retribuição mensal, que inclui o vencimento base e as diuturnidades.

**Contribuições e benefícios garantidos**

Os dados da população revelam uma responsabilidade constituída por 1.683 activos e 15 pensionistas.

A população activa tem uma idade média de 38 anos. A população de pensionistas tem uma idade média considerada baixa – de 44 anos –, uma vez que existem 53 pensionistas por invalidez e 44 pensionistas de viuvez.

Os benefícios garantidos pelo Fundo de Pensões são as reformas por invalidez presumível, por invalidez e por sobrevivência, além do subsídio por morte e dos encargos com os SAMS.

No que diz respeito aos direitos adquiridos, o documento salienta que o Plano está de acordo com a cláusula 140.ª do ACT.

O método utilizado para avaliar as responsabilidades bem como para a

determinação do custo do ano foi o recomendado pela Normas Internacionais de Contabilidade – o Unit Credit Projected.

Quanto às contribuições, a análise do CIEF salienta que «estão em função da massa salarial esperada em cada ano». Relativamente a 2008, refira-se que houve uma alteração do pressuposto relativamente à taxa de desconto, que passou de 5,25% para 5,5%. Esta redução «contribuiu para uma diminuição no valor das responsabilidades», refere o parecer dos especialistas, acrescentando: «A taxa de rendimento obtida em 2009, de 7,73%, contribuiu para um ganho financeiro, uma vez que a taxa estimada de rendimento é de 5,5%».

**Adequação dos activos às responsabilidades**

«A política de investimentos pode ser considerada ajustada ao risco do Fundo, tendo em conta a idade média dos participantes (37 anos)», destacam os consultores da Febase na sua análise, referindo que «o volume de pensões pagas por ano é de 126.705, valor este muito inferior aos 10% investidos no mercado monetário». Assim, e de acordo com o actuário responsável, «o valor em liquidez fará face aos fluxos de pagamentos estimados para os próximos oito anos».

Os consultores da Febase destacam que a taxa de rendimento obtida em 2009 foi de 7,73%, superior à taxa de 5,5% utilizada para o cálculo das responsabilidades, «o que permitiu obter ganhos financeiros no ano».

A equipa do CIEF refere ainda que foi adoptado um *Benchmark* estratégico definido de acordo com o perfil de risco do Associado, bem como foram estimadas medidas de risco Activo-Passivo e efectuado o *stress test*, considerando vários cenários de risco e tendo em conta variações nas taxas de juro.

«A análise de solvência prevê uma cobertura das responsabilidades, embora, segundo o actuário responsável, haja sempre a possibilidade de ocorrerem reforços anuais porque a taxa estimada de rentabilidade da carteira na sua composição actual (5,47%) é ligeiramente inferior à taxa considerada para descontar os passivos (5,5%)», lê-se no documento.

Assim, e atendendo à composição da carteira afecta aos passivos e aos testes que foram efectuados, não se vê razão «para pôr em causa o ALM proposto pelo actuário responsável», concluem os especialistas do CIEF. ■

**FINIBANCO - Pensionistas**

	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)	Total pensões anuais (mil €)
Velhice	5	67	13.460	67.301
Invalidez	2	53	13.640	27.281
Viuvez	4	44	6.685	26.738
Orfandade	4	11	2.910	11.640
Pré-reforma	-	-	-	-
Total	15	44	8.864	132.960

**Activos**

	N.º	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)	Total pensões anuais (mil €)
Idades < 65 anos	1.265	37,70	7,96	27.902	35.217.166
Idades >= 65 anos	1	65,52	21	-	351.727
Participantes c/ direitos adquiridos	398	40,61	7,3	-	-
Total	1.664	38,42	7,81	27.902	35.568.893

**FINIVALOR - Activos**

	N.º	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)	Total pensões anuais (mil €)
Idades < 65 anos	14	36,16	6,94	30.578	428.095
Idades >= 65 anos	-	-	-	-	-
Participantes c/ direitos adquiridos	5	38,46	6,33	-	-
Total	19	36,77	6,78	30.578	428.095

**Responsabilidades do fundo**

Unidade: euros

	FiniValor		Finibanco	
	Responsabilidades	%	Responsabilidades	%
Pensionistas	2.573.799	3,8	-	-
Activos	50.141.794	75,0	524.287	72,1
Direitos adquiridos	8.549.987	12,8	146.887	20,2
SAMS	3.785.396	5,7	39.478	5,4
Subsídio de morte	1.811.826	2,7	16.967	2,3
Total	66.862.802	100,0	727.619	100,0

**Composição da carteira de títulos**

Classes de Activos	Alocação (%)	Benchmark (%)
Accções	15,0	15,0
Obrigações – taxa fixa	35,0	35,0
Obrigações – taxa indexada	22,0	30,0
Imóveis	17,0	15,0
MM	10,0	5,0
Hedge Funds	0,0	0,0
Total	100,0	100,0



Comissão faz consulta sobre alterações ao sistema

UE quer evitar novas crises financeiras

TEXTO: INÉS F. NETO

O sistema financeiro colapsou e os contribuintes estão a pagar a crise – a um preço demasiado elevado. Encontrar mecanismos técnicos que permitam actuar a tempo e evitar futuras crises é o objectivo da Comissão Europeia, que até ao início de Março tem em consulta o seu projecto de quadro de gestão para as instituições financeiras

Face à crise financeira que arrasou a economia e atirou o Mundo para a maior recessão desde a grande depressão da década de 30 do século passado, muitas vezes se ergueram

exigindo o fim da desregulação financeira responsável pela situação que está a custar milhões de postos de trabalho e a fazer aumentar os níveis de pobreza, e não só dos mais vulneráveis.

As falências de instituições financeiras sucederam-se e os Estados, confrontados com a ausência de mecanismos eficazes de actuação e perante o risco da implosão total do sistema viram-se obrigados a salvar o sector bancário – com o dinheiro dos contribuintes. A ajuda estatal aos Bancos atingiu já 13% do PIB.

Uma das ideias-chave que (quase) ninguém se atreveu a contestar é que a crise demonstrou bem como são necessárias medidas para evitar que se repita a irresponsabilidade, avidez e negligência que conduziram ao abismo.

Mais: ficou claramente demonstrado que a opção por uma intervenção a nível nacional, em vez da concertação europeia e consequente criação de instrumentos de

resposta, poderá resultar menos eficaz e mais onerosa para os contribuintes.

As exigências e propostas de reforma do sistema têm surgido de vários quadrantes, especialmente do movimento sindical mundial, porque são os trabalhadores quem acaba sempre por pagar a crise. Com mais ou menos entusiasmo, também governos e instituições supranacionais como a União Europeia e o G20 aproveitaram a ocasião para deitar mãos à obra e reforçar os quadros legais de supervisão financeira.

No caso da União Europeia, o passo mais recente é precisamente a resolução da Comissão Europeia (CE) sobre os aspectos técnicos para um quadro de gestão para as instituições financeiras, em consulta até 3 de Março.

Para fomentar a participação na consulta, a CE elaborou um conjunto de “perguntas e respostas” sobre o assunto, de que a Febase publica as mais pertinentes. ■

Perguntas & respostas

A Comissão Europeia lançou uma consulta sobre os aspectos técnicos que envolvem um quadro europeu de gestão da crise para o sector financeiro, cuja data limite de resposta é o dia 3 de Março

Com o objectivo de esclarecer dúvidas e estimular uma participação o mais alargada possível, a CE divulgou a resposta às 19 questões mais frequentemente colocadas. Deste conjunto, a UGT elegeu 10, que a Febase reproduz.

Quem pretenda aceder à versão integral (apenas disponível em inglês), basta ir à página da União Europeia na Internet, escolher “Press releases” e clicar em MEMO/11/6.

O endereço é o indicado em rodapé.



Falências bancárias

Por que é necessário para a União Europeia (UE) uma nova recuperação do sector financeiro, bem como uma resolução sobre o seu enquadramento?

A crise financeira demonstrou cabalmente a necessidade de existirem instrumentos mais abrangentes e eficazes para resolver, a nível nacional, as falências bancárias, bem como a necessidade de se implementarem disposições com

melhores condições no que respeita às falências bancárias transnacionais.

Durante a crise ocorreu um número significativo de falências no sector bancário (Fortis, Lehman Brothers, Bancos islandeses, Anglo Irish Bank) que revelou as sérias insuficiências do actual sistema.

Na ausência de mecanismos para organizar uma desaceleração ordenada, os Estados-membros da UE não tiveram outra alternativa senão socorrerem o seu sector bancário. A ajuda estatal de apoio aos Bancos atingiu 13% do PIB. O impacto nos contribuintes é evidente.

Um novo quadro de gestão de crise é essencial a fim de complementar outras medidas destinadas a tornar o sistema financeiro sólido, isto é, fortalecer os Bancos com níveis mais elevados de capital e de melhor qualidade, uma maior protecção dos depositantes e uma supervisão mais eficaz.

Quais são os principais elementos da Consulta?

A Consulta procura conhecer a opinião dos interessados relativamente a um conjunto alargado de medidas cujo objectivo central é garantir que as autoridades nacionais estejam apetrechadas com as ferramentas necessárias para intervir numa Instituição em risco, com a antecedência suficiente, que lhes permita enfrentar os problemas existentes; que as empresas e as autoridades elaborem uma resposta adequada às crises; que as autoridades nacionais tenham, em conjunto, instrumentos de decisão e poder para, rapidamente, poderem agir quando a falência de um Banco não puder ser evitada; e que as autoridades cooperem efectivamente quando confrontadas com a falência de um Banco transnacional.

Estas medidas incluem:

- Medidas preparatórias e preventivas;
- Poder para agir preventivamente no sentido de solucionar os problemas numa fase inicial;
- Instrumentos de decisão;
- Um quadro de cooperação entre as autoridades nacionais.

O objectivo final é implementar um quadro que permitirá a um Banco falir – independentemente da sua dimensão, complexidade ou importância para o sistema financeiro – assegurando simultaneamente os serviços bancários essenciais, minimizando o impacto da falência em causa sobre o sistema financeiro e evitando os respectivos custos para os contribuintes. Isto é crucial para se evitar o “risco moral” que advém da percepção de que alguns Bancos são demasiado grandes, complexos ou ligados entre si para poderem falir.



Acção a nível europeu

Por que razão a UE não tinha já este quadro implementado antes da crise? E o que foi feito a partir daí?

Até à crise, muitos eram de opinião de que a sua gestão era melhor controlada a nível nacional, especialmente se existisse um risco de possíveis implicações orçamentais e tendo em consideração a estreita ligação das medidas da crise com os regimes nacionais de insolvência. As medidas existentes diferem grandemente entre os vários Estados-membros.

No entanto, a crise veio reforçar a opção por uma acção a nível europeu, uma vez que ficou claramente demonstrado que a falta de instrumentos a esse nível possivelmente teria como resultado soluções nacionais “ad hoc”, que poderiam ser menos eficazes na resolução da situação e, em última instância, revelar-se mais onerosas para os contribuintes nacionais. Acresce, ainda, que a crise veio sublinhar a não-existência de um mecanismo para enfrentar as situações de falência bancária de instituições que funcionam em mais do que um Estado-membro.

Que tipo de medidas preparatórias e preventivas é que a Comissão considera necessárias?

As medidas preventivas incluirão medidas destinadas a garantir que os problemas existentes serão identificados e encarados numa fase inicial, a fim de melhorar a preparação das empresas e das autoridades para que ambas saibam lidar com as dificuldades mais graves.

Este objectivo inclui o reforço dos poderes de supervisão (isto é, dotar a supervisão de avaliações intrusivas, análises locais mais sistemáticas, etc.) e introduzindo critérios específicos para a recuperação de uma empresa e respectivos planos de decisão. A parte da recuperação seria preparada pela empresa e seriam implementadas medidas tendo a empresa de lidar com os problemas financeiros numa série de cenários possíveis.

A parte decisória seria preparada pelas autoridades com a cooperação da empresa e esta implementaria planos no que respeita a como é que a sua situação poderia ser resolvida, preservando as suas principais funções, em caso de uma possível falência.

As medidas preparatórias e preventivas podem também incluir o poder para as autoridades tomarem medidas ou exigirem à empresa que proceda a alterações na sua estrutura ou organização comercial, se as autoridades decidirem que a empresa não é viável com os instrumentos disponíveis.

Agir a tempo

Que tipo de alterações às estruturas legais ou operacionais poderão ser exigidas pelas autoridades?

Esta Consulta procura conhecer a perspectiva dos interessados no que respeita aos poderes que estariam disponíveis quando, no decurso do planeamento de uma resolução, as autoridades identificarem obstáculos à solvabilidade de uma determinada Instituição. Os poderes a serem considerados permitiriam às au- ▶

► toridades, no seguimento de um intenso diálogo com o Banco em causa, exigir que este tome as medidas adequadas que garantam que a situação será resolvida com os instrumentos disponíveis de uma forma que não ponha em causa a estabilidade financeira e que não envolva custos para o contribuinte. Estas medidas podem incluir a exigência de que o Banco elabore acordos ao nível dos serviços a fim de cobrir as provisões de funções económicas essenciais, limitar os riscos, cortar ou

limitar actividades específicas ou o desenvolvimento de novos produtos ou linhas de negócios, ou proceder a alterações estruturais na forma como o Banco organiza os seus negócios – por exemplo, desenhando mais eficazmente as funções sistémicas para as entidades legais.

Porque estes poderes poderão ser intrusivos, a Consulta discute as salvaguardas adequadas, incluindo a exigência de que qualquer medida requerida tem de ser necessária, proporcionada e adequada

## Decisões colegiais em Bancos transnacionais

### Como é que a Consulta aborda a cooperação transnacional?

Além de ser necessário garantir instrumentos comuns em todos os Estados-membros, é igualmente necessário assegurar uma cooperação harmoniosa tanto prévia como durante uma crise. A Consulta pretende obter opiniões sobre um quadro de coordenação transnacional baseada em “decisões colegiais” para cada um dos Bancos transnacionais que deverá incluir todas as autoridades nacionais de supervisão e de decisão importantes, e deverá ter em conta as entidades de supervisão existentes (que estão a ser estabelecidas para os Bancos transnacionais na Directiva Requisitos de Capital (DRC, ver IP/08/1433). Essas entidades seriam responsáveis pelo planeamento (preparação dos planos de decisão, acordando os princípios para a repartição de encargos, etc.) e seria um fórum para troca de informações e coordenação durante uma crise. A Consulta procura também conhecer pontos de vista, nos casos apropriados, sobre o papel de um grupo de autoridades de decisão, no sentido de este poder elaborar um esquema de decisão em grupo, que passaria então a ser implementado pelas autoridades nacionais. Finalmente, a Consulta procura conhecer as opiniões sobre o papel adequado para as recém-criadas Autoridades Europeias de Supervisão (ver MEMO/10/434) nas fases preparatória, preventiva, de intervenção precoce e elementos de coordenação do novo quadro.

### Que tipo de Instituição financeira seria coberta por um regime da UE?

A Consulta centra-se na intervenção e em medidas de decisão para os Bancos, uma vez que o seu papel exclusivo de concessão de crédito, de tomador de depósitos e de intermediário de pagamentos dá origem a problemas particulares e atinge objectivos na área das políticas públicas, em caso de falência bancária. Além disso, procura conhecer a opinião sobre a inclusão das empresas de investimento, cuja falência pode também colocar em risco a estabilidade financeira.

Acresce que a Comissão também reconhece que diferentes tipos de medidas de gestão de crise podem ser necessários para enfrentar riscos específicos no sentido de garantir a estabilidade do mercado representado por outros tipos de Instituições financeiras. A Comissão tenciona prosseguir os trabalhos até ao final de 2011 para analisar que medidas de gestão de crise podem ser necessárias para outros tipos de Instituições financeiras, incluindo Seguradoras, empresas de investimento e Contrapartes Centrais (CPC).

### Como é que tudo isto se relaciona com as discussões a nível internacional?

A Comissão está a ajudar a elaborar o trabalho do CEF (Conselho de Estabilidade Financeira) e do G20, e também está a monitorizar de perto outros desenvolvimentos internacionais. A Cimeira do G20, realizada em Toronto em Junho de 2010, comprometeu-se com a concepção e a implementação de sistemas em que as autoridades têm o poder e os instrumentos para reestruturar ou solucionar todo o tipo de Instituições financeiras em crise, sem que os contribuintes, em última análise, suportem os encargos. No ano passado, o CEF aprovou recomendações para reduzir o “risco moral” colocado por Instituições Financeiras com Importância Sistémica (IFIS). Uma parte substancial dessas recomendações visa assegurar que a resolução IFIS é uma opção viável. As ideias apresentadas durante a Consulta, se aprovadas, constituirão um passo significativo da UE para a concretização do quadro de decisão solicitado pelo CEF. ■

para alcançar o objectivo exclusivo de remover os obstáculos resultantes da organização comercial do Banco ou da sua estrutura legal que tenham sido identificados. A Consulta discute, igualmente, as salvaguardas processuais para os Bancos, incluindo o direito a uma acção judicial.

### Quais são as medidas de decisão?

A decisão ocorre no momento em que a Instituição chega a uma situação de tal forma angustiante que não existam perspectivas realistas de recuperação ao longo de um prazo adequado e que todas as outras medidas tenham sido esgotadas. Os instrumentos de decisão considerados na Consulta incluem a venda de ferramentas comerciais (partes da Instituição de crédito ou partes dos seus negócios podem ser vendidos a um ou mais compradores, sem o consentimento dos accionistas); uma ferramenta de transição bancária (as autoridades podem transferir algumas ou mesmo todas as ferramentas comerciais para um Banco de transição temporária, a fim de preservar as funções bancárias essenciais ou facilitar o acesso contínuo aos depósitos), e uma ferramenta de separação dos activos (para remover os activos tóxicos para uma estrutura independente). Além disso, a Consulta pretende auscultar as opiniões dos accionistas sobre os possíveis mecanismos para amortizar a dívida de um Banco em processo de falência ou para a converter em acções, como meio de recuperar a posição da Instituição no que respeita ao capital (“bail in”). Isso permitirá que o Banco seja reestruturado em continuidade ou num processo de desaceleração de forma ordenada e pode fornecer um instrumento adicional de decisão que daria às autoridades uma maior flexibilidade para lidar com a falência das Instituições mais complexas.

### Evitar futuras crises

#### Este trabalho é destinado a resolver a actual crise?

A crise económica e financeira exigiu que fossem tomadas medidas extraordinárias a fim de evitar um potencial colapso do sector financeiro global. Contudo, as medidas incluídas nesta Consulta são destinadas a enfrentar futuras falências bancárias. Uma intervenção atempada de supervisão contribuiria para a prevenção de falências bancárias passíveis de serem evitadas, enquanto um quadro decisório a nível da UE iria dotar as autoridades nacionais dos instrumentos adequados para gerir as consequências das falências que, de outra forma, não poderiam ser evitadas. ■

## Futsal

# “Educadores do xuto” voltam ao título nacional

Texto: Rui Santos

A 12.ª edição do torneio nacional interbancário de futsal chegou ao fim, com a realização da “final four”, que decorreu em Mirandela, em 29 e 30 de Janeiro, e que culminou com a vitória dos “Educadores do xuto”, da Guarda, que renovam o título já conquistado em 2000, 2006 e 2007



O pavilhão do Inatel, em Mirandela, foi o palco da “final four” nacional e esteve sempre bem repleto de público, pois as quatro equipas fizeram questão de se equivaler no apoio recebido das suas ruidosas e numerosas claques.

Na manhã do dia 29 tiveram lugar as meias-finais, com o primeiro jogo a ser disputado pelos lisboetas do BCP Foot Vet e os açorianos do Agriteam Vet, que estes venceram por 2-1, após a igualdade a um golo verificada ao intervalo, tendo cabido a Paulo Andrade inaugurar o marcador, para depois bisar, já na etapa complementar e com o tento dos lisboetas a pertencer a José Manuel Ribeiro.

Foi um jogo vivo e bem disputado, com as defesas a superiorizarem-se aos atacantes e com o guarda-mão açoriano César Pinheiro a dar nas vistas, sobretudo quando defendeu um remate, da marca dos 11 metros, que poderia ter valido o empate para os homens do BCP.

O segundo jogo opôs os Educadores do xuto, da Guarda, aos Pernetas, de Vila Real, tendo os primeiros ganho por 3-2.

Foram os beirões os primeiros a marcar, por Carlos Pacheco, para depois desperdiçarem uma grande penalidade. O empate chegou aos 31 minutos, com José Varela a aproveitar um momento de desconcentração da defesa adversária. Com esta igualdade ao cabo do tempo regulamentar, houve que recorrer ao prolongamento e foram os transmontanos que se colocaram em vantagem, de novo por José Varela. Contudo, a reacção da equipa mais credenciada não se fez esperar e Alfeu Nascimento fez dois

golos em três minutos, garantindo a vitória da sua equipa.

Os dois últimos jogos do torneio tiveram lugar na fria manhã do dia 30. A abrir, o jogo para discussão do 3.º lugar, entre os vencidos do dia anterior e que culminou com o triunfo dos Pernetas sobre o BCP Foot Vet, mas só no desempate por penalidades.

No tempo regulamentar, Carlos Alves e José Manuel Ribeiro bisaram, para os Pernetas e para o BCP Foot Vet, respectivamente e com os lisboetas a responderem, por duas vezes, à vantagem dos homens de Vila Real no marcador.

No prolongamento não houve golos mas por pouco, pois um remate dos transmontanos bateu no poste e percorreu toda a linha de golo, sem a ultrapassar, para desespero do autor do remate, que ainda esboçou protestos, alegando que a bola tinha entrado na baliza.

Nas penalidades, os nortenhos foram mais felizes e certos nos três golos obtidos, enquanto os lisboetas falharam todas as suas três tentativas.

### Agriteam Vet foi digno rival

Seguiu-se a ansiada final, entre os Educadores do xuto e o Agriteam Vet, com as duas equipas a alinharem assim inicialmente, sob a arbitragem da dupla formada por José Padinha e M. Vieira:

Educadores do xuto – Fernando Melo; Alfeu Nascimento, Paulo Alves, Joaquim Alexandre e Carlos Pacheco;

Agriteam Vet – César Pinheiro; Carlos Medeiros, José Rebelo, Paulo Alexandre e Luís Cabral.

Jogaram ainda José Arrifano, Vitor Rodrigues e José Cariano, pelos primeiros, e Mariano Raposo, Rúben Andrade e Jaime Cabral, pelos segundos.

Desde cedo se entendeu porque eram estas as duas equipas finalistas. Os beirões entraram melhor no jogo e adiantaram-se aos 7 minutos, por intermédio de Paulo Alves. Os açorianos reagiram e esforçaram-se para chegar à igualdade, que só viriam a conseguir aos 29 minutos, por Paulo Andrade, e num momento de abrandamento da equipa contrária. Contudo, três minutos depois, Joaquim Alexandre colocou os açorianos de novo em vantagem e o resultado não viria a sofrer alteração, fazendo justiça à melhor equipa em campo.

Os Educadores do xuto revalidaram, assim, o título nacional, já conquistado em 2000, 2006 e 2007. Aliás, desde o seu primeiro título, só no ano seguinte não estiveram na “final four” nacional, onde obtiveram, também, três terceiros e três quartos lugares, sem nunca terem perdido uma final.

No final, foram entregues troféus à equipa vencedora e, também, ao melhor marcador (José Manuel Ribeiro, do BCP Foot Vet), ao guarda-mão menos batido (César Pinheiro, do Agriteam Vet) e, ainda, o troféu Disciplina aos Pernetas, que só foram castigados com um cartão amarelo nos dois jogos disputados.

Da Comissão Organizadora deste campeonato fizeram parte José António Gonçalves, Francisco Mateus e Alfredo Correia, do SBN; Manuel Camacho e Vasco Santos, do SBSI; e Francisco Carapinha e António Guiné, do SBC. ■

## TrofaSenior Residências

## Um projecto renascido com boa adesão dos bancários

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

“Cada vez temos mais bancários a contactarem connosco, para saberem da evolução do projecto. Têm níveis de exigência muito elevados. Mas, agora sim, a qualidade dos serviços que oferecemos corresponde às suas expectativas e necessidades. Ninguém se sente defraudado – muito antes pelo contrário. A TrofaSenior Residências, embora sendo uma continuidade do anteriormente chamado Clube Residencial de S. Miguel-o-Anjo, deixou de ser um projecto para se tornar numa fantástica realidade, em que os bancários bem podem acreditar, sem margem para a menor dúvida. Aliás, o facto de o SBN se ter aliado a um conceituadíssimo grupo de saúde – Trofa Saúde – contribui decisivamente para dar mais confiança aos actuais e potenciais utentes, inclusive a nível clínico. Desta aliança resultou a criação de sinergias importantíssimas.”

Estas são as primeiras palavras com que a assistente social Marta Paulino, directora técnica da TrofaSenior Residências, responde às nossas perguntas, numa entrevista que passamos a publicar.

**P – Para que os bancários que ainda não conhecem o empreendimento possam ter uma noção mais aproximada do que estamos a falar, importa-se de descrever o equipamento?**

R – Começo então pelos apartamentos. Neles se pretende que os utentes se sintam confortavelmente acolhidos, garantidamente bem acompanhados e com respostas quase imediatas, que lhes permitam, senão resolver, ao menos minorar os seus problemas. Na realidade, os nossos apartamentos proporcionam maior conforto e maior privacidade, pelo que têm tido uma aceitação excelente por parte dos bancários.

**P – Como é o seu interior?**

R – Dispõem de quarto, kitchenet e varanda. Para além disso, como consideramos que cada caso é um caso, é permitido aos utentes rechearem-nos com aquilo a que se chama de “objectos de transferência emocional”. Ou seja,



podem levar a mobília e todos os objectos que lhes sejam particularmente queridos e de que desfrutavam na sua casa anterior. Assim, eles sentem apenas uma transferência de espaço, o que é extremamente importante para o seu equilíbrio emocional.

**P – E quanto à equipa que superintende? Há muitos colaboradores com formação específica?**

R – Muitos, não! São todos! Aliás, sinto-me verdadeiramente privilegiada por ter uma equipa de trabalho que, para além da sua excelente formação técnica, está sempre totalmente disponível para toda a espécie de solicitações. Mas tenho também de destacar a componente humana de todos eles. São muito carinhosos e acolhedores, desde a equipa de limpeza à de manutenção, da portaria aos fisioterapeutas

e aos médicos, todos, enfim, são de uma humanidade incrível! Imagine que até temos um médico, que, além da sua vida profissional activa noutra local, nos vem prestar voluntariado! E todas as semanas vem cá! Já nem sei como hei-de enfatizar e de elogiar o espírito de pertença e o “amor à camisola” de todos eles!

**P – Existem actividades de animação para os utentes da vossa instituição?**

R – Para lhe responder correctamente, devo referir que o conceito de “animação” tem de ser interpretado, numa instituição de excelência como a nossa, de forma alargada. E – sim! – a animação é uma constante, sendo o grande objectivo o de fazer com que os utentes trabalhem as suas competências cognitivas e físicas, desde os cui-

dados básicos, como levantar, vestir, lavar... Depois, existem actividades organizadas, não só de um modo formal mas também informal. Neste pressuposto, temos também uma extraordinária interacção dos familiares, que

**P – Mas com certeza que há regras que têm de ser observadas...**

R – Isso é claro. Mas o facto de existirem regras, não significa que não as flexibilizemos, neste domínio da relação do utente com a família. Na nossa instituição temos um conceito dinâmico e não estático de se estabelecer e de se incentivar essa relação. “Interpretamos” cada utente com todo o respeito pela sua individualidade. Por exemplo: temos uma residente cuja filha tem uma cama no quarto dela, para vir cá dormir com a mãe sempre que desejar. Muitas outras pessoas vêm cá fazer as refeições com os familiares. E, por isso, não estabelecemos horas fixas de entrada ou de saída. É enternecedor poder assistir-se a estes tipos de relacionamento, que fazem toda a diferença.

**P – Mas não correm o risco de esse tipo de situações fugirem ao vosso controlo?**

R – Não, de forma alguma. Nós só temos de estimular a espontaneidade de todos. Outro exemplo: nesta última festa de Natal, eu estava com receio de que as coisas não ficassem bem prepa-

radas. Por isso convidei dois amigos – a psicóloga Manuela Seixas e o arquitecto Fernando Magalhães, que, por sinal, são familiares de residentes – a que juntei um residente (o Sr. Pereira da Silva), para preparem um texto e o enquadramento que fosse necessário. Mas, logo que a festa começou, deu-se aquilo com que eu não contava: toda a gente se juntou, incluindo um estagiário e uma administrativa. Os residentes e os familiares acabaram por ser eles os “donos” da festa. Repare que até os apresentadores e os condutores dos acontecimentos acabaram por ser os próprios residentes! Lá se foi a planificação toda! E ainda bem! Foi a tradução plena do espírito da mais completa e saudável cumplicidade que aqui existe. Já agora, deixe-me contar o caso de uma médica que, entre duas consultas, fez um poema. Partilhou-o connosco e acabou a cantar o fado, situação que não tinha sido preparada. É assim o espírito de família, porque em família não se preparam estas coisas. Nassem espontaneamente.

**P – Este empreendimento é tido como sendo muito caro para quem dele pretende beneficiar...**

R – Posso garantir-lhe que não há nada de mais errado! E mais: os bancários têm vindo a ficar cada vez mais surpreendidos com os preços que praticamos. Aliás, essa foi uma exigência do SBN, que mereceu a melhor aceitação e a plena concordância por parte do Grupo Trofa Saúde. É curioso que, embora, à partida, sejam duas instituições com objectivos totalmente diferentes, noto, no trabalho do terreno, que se complementam muito bem e que conseguem uma grande aproximação de ideias. Afinal, não são tão diferentes assim, em termos de objectivos sociais...

**P – Para terminar: se um bancário quiser contactar-vos, qual a forma mais eficaz e expedita para o fazer?**

R – Se pretender, pode, desde logo, estabelecer um contacto telefónico directo, através do número azul 808 236 524. Mas pode também consultar o portal da empresa – [www.trofasenior.com](http://www.trofasenior.com). E sejam bem-vindos! ■



TEXTOS: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

## Bancários de S. João da Madeira vão provar o chocolate de Óbidos



A delegação do SBN de S. João da Madeira vai levar a efeito um passeio a Óbidos e a Fátima, nos dias 26 e 27 do próximo mês de Março.

Os participantes sairão da delegação, com destino às Caldas da Rainha, onde será servido um almoço buffet num hotel local, após o que os partici-

pantes se dirigirão a Óbidos, para usufruírem das maravilhas arquitectónicas e paisagísticas que aquela vila oferece aos visitantes e poderem regalar-se no tradicional "festival do chocolate". O regresso ao hotel, para o jantar e alojamento, far-se-á pelas 20 horas.

A manhã do dia 27 será livre, para uma visita às Caldas da Rainha. Após

o almoço, o rumo será Fátima, com visita ao santuário e regresso às 18 horas.

As inscrições serão limitadas e consideradas por ordem de chegada. Para qualquer esclarecimento deverá ser contactada a delegação, através dos telefones 256 201 550/2 ou do fax 256 829 668. ■

### Uma obra do associado Jacinto Alves

## "Operação: Quinto Império"

O associado Jacinto Alves acaba de publicar a obra "Operação: Quinto Império". Nela, os portugueses voltam a ser cavaleiros navegadores da Ordem de Cristo Guardiã, não para navegarem nos mares e oceanos do Mundo mas sim nas dimensões do tempo e serem, por isso, chamados de "temponautas".

Jacinto Alves nasceu em Lisboa, há 72 anos, viveu em Angola e regressou a Portugal após o 25 de Abril de 1974.

Tendo exercido a actividade de bancário, em Vila Real, foi fundador do semanário "A Região", com sede na mesma cidade, onde residiu durante cerca de vinte anos.

Após a sua passagem à situação de reformado da Banca, fixou residência em S. João da Madeira, onde foi um dos fundadores do Clube de Empresários, tendo chegado a exercer as funções de Vice-presidente da Direcção.

Neste primeiro romance, o autor procura desenvolver uma nova perspectiva sobre Portugal, fundamentada na obra "Mensagem", de Fernando Pessoa, em particular quando o poeta se refere à terceira e última missão que ao nosso País falta cumprir no Mundo.

A obra, cujo preço de capa é de €24,50, é disponibilizada aos sócios do SBN por €22,05. ■

## Conselho Geral aprova alteração dos Estatutos

TEXTO: SEQUEIRA MENDES



O Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Centro, sob a presidência de Mário Figueira, reuniu no passado dia 19, numa unidade hoteleira da cidade de Coimbra, com o objectivo de proceder à revisão parcial dos Estatutos, de modo a cumprir a promessa eleitoral de 2005, aquando da sua candidatura aos Corpos Gerentes do SBC, sob o lema "Renovar com Esperança"

Por proposta da Direcção, foi criada a Secção Sindical de Reformados, como componente da estrutura sindical e que passa a ser constituída por todos os trabalhadores reformados, que sejam sócios do SBC e foi introduzida uma cláusula, também nova, que diz respeito à limitação de mandatos do Presidente da Direcção e do Presidente da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral, que não podem ser eleitos mais de três vezes consecutivas para as mesmas funções.

Foi o Presidente, Carlos Silva, que defendeu estas alterações estatutárias, referindo que ela foi mais alongada do que inicialmente se previa, pois além de algumas adaptações pontuais, teve lugar um rearranjo do clausulado, por via das normas remissivas, muito embora o espírito dos Estatutos não fosse sequer beliscado.

A Comissão Sindical de Reformados passa a ser eleita em listas próprias, deixando de estar amarrada à Direcção, tem orçamento próprio e o seu órgão

executivo, o Secretariado, é constituído pelos três elementos mais votados nas listas apresentadas a escrutínio.

A segunda vertente importante desta alteração estatutária, a limitação de mandatos, decorre também de uma promessa eleitoral, tornando-se o SBC a segunda estrutura sindical nacional que o faz depois da UGT, procedendo-se, deste modo, a uma auto-limitação de mandatos, de modo a combater a manutenção ilimitada no poder.

De referir, também, que foi criada a figura do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral, passando este a substituir o Presidente nas suas ausências.

Uma nota final para uma alteração estatutária muito importante e que consiste na delegação do SBC na Febase da revisão das convenções colectivas de trabalho, das cláusulas com expressão pecuniária e das tabelas salariais, conferindo à Febase a dignidade que ela merece como embrião do almejado Sindicato único.

Estas alterações reuniram grande consenso no seio do Conselho Geral, pois o resultado das votações assim o atesta: quer na votação global, quer na votação na especialidade não houve votos contra, apenas algumas (poucas) abstenções.

A Direcção do SBC regozijou-se pelo grande alcance destas alterações, sendo seu desejo que as eleições que decorrerão, estatutariamente, durante o próximo mês de Abril, sejam realizadas à luz dos novos Estatutos. ■



Carlos Silva



Anibal Ribeiro

## Sindicalização e política de proximidade

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Os seus associados constituem o principal património do Sindicato dos Bancários do Centro

Foi a partir desta evidência que a Direcção do SBC, desde a sua tomada de posse, em Abril de 2007, decidiu enveredar por uma atitude nova, relativamente à sindicalização. Decidindo que o nosso lugar é sempre junto dos nossos associados, foi definida uma política de proximidade, uma política de visitas permanentes a todos os balcões.

As visitas que diariamente efectuamos às agências têm tido resultados espantosos, pois apesar da erosão natural decorrente do falecimento de sócios, das rescisões contratuais, dos naturais abandonos do sector, da feroz concorrência de outros Sindicatos e da mais recente praga do sector que é o trabalho precário, traduzido nos contratos a termo não-renovados, é reconfortante verificar que continuamos a crescer de forma bastante consistente.

Há que referir que, relativamente à CGD, temos duas equipas permanentemente dedicadas às tarefas de sindicalização, pois foi também na CGD que perdemos mais sócios, fruto de políticas



Equipas permanentemente dedicadas às tarefas de sindicalização no SBC



erradas no passado, nomeadamente as políticas de quotização que, só por si, foram responsáveis por muitos abandonos naquela Instituição, mas que estamos a recuperar.

Fruto das dificuldades económicas que atravessamos, há associados, principalmente nas camadas mais jovens, que não optam pela sindicalização, associando-se apenas aos SAMS. Esta é uma nova realidade, emergente no nosso seio e que temos vindo a combater, visitando estes colegas um a um, fazendo-lhes ver as vantagens que decorrem de serem associados de um Sindicato democrático e vertical, oferecendo-lhes a nossa confiança, com argumentos que os levem a sindicalizar-se.

As tarefas de sindicalização, definidas como prioritárias, são protagonizadas pela estrutura sindical que integra elementos dos Corpos Gerentes e dos Secretariados Regionais e de Empresa, sempre que se torne necessário.

Semanalmente, e em sede própria, é feito o balanço de toda a actividade sindical desenvolvida durante a semana e são definidas e organizadas todas as tarefas consideradas urgentes e exequíveis para a semana imediata.

Por fim, há que referir que não podemos nem devemos dar tréguas aos Sindicatos amarelos, combatendo-os no local próprio, isto é, junto dos trabalhadores, desmascarando as suas práticas de caça aos associados enganados.

Tudo isto são razões pelas quais devemos exigir de nós próprios um sindicalismo forte e preparado, pois só desta maneira, na auscultação do associado, na percepção das suas necessidades e na forma como nos avaliam, se revitaliza o sindicalismo. ■



### Extracto do Regulamento

#### Artigo 2.º Concorrentes

1 - O concurso destina-se exclusivamente aos associados dos Sindicatos da FEBASE.

2 - Os membros dirigentes dos Sindicatos não poderão participar neste concurso.

#### Artigo 3.º Tema

1 - O concurso abrange dois temas distintos:

- a) Tema livre;
- b) Tema "Os quatro elementos" (água, ar, fogo e terra).

#### Artigo 4.º Calendarização

1 - O concurso decorrerá durante o ano de 2011, iniciando-se em Fevereiro e terminando em Novembro. O mês de Dezembro será destinado ao apuramento das três melhores fotografias a concurso, por Sindicato.

2 - Para o efeito, mensalmente, serão apuradas por Sindicato, as três melhores fotografias por tema, do mês em questão, salvo nos casos em que a qualidade, originalidade e criatividade a concurso, não permita tal apuramento.

3 - As fotografias não apuradas mensalmente, ficarão na posse da FEBASE para divulgação final, não podendo estas ser submetidas novamente a concurso.

#### Artigo 5.º Admissão e recepção de fotografias

1 - Serão admitidas mensalmente, até ao máximo de duas fotografias por concorrente e por tema.

2 - As fotografias deverão ser enviadas até ao dia 20 de cada mês, sendo a selecção mensal feita com base nas fotografias recepcionadas até esse limite.

3 - Todas as fotografias que não forem enviadas dentro desse prazo não serão contempladas na selecção do mês em questão, passando automaticamente para o mês seguinte, aplicando-se, na mesma, o limite máximo mensal de fotografias por concorrente e por tema, de acordo com o estipulado no n.º 1 do presente artigo.

4 - A recepção das fotografias será feita, através de e-mail, para os seguintes endereços:

- A) fotofebase.stas@stas.pt - para sócios STAS
- B) fotofebase.sbsi@stas.pt - para sócios SBSI
- C) fotofebase.sbn@stas.pt - para sócios SBN
- D) fotofebase.sbc@stas.pt - para sócios SBC
- E) fotofebase.sisep@stas.pt - para sócios SISEP

5 - Aquando do envio da(s) fotografia(s), deverão ser fornecidos, obrigatoriamente, os seguintes dados:

- Nome e apelido do participante;
- Sindicato ao qual pertence;
- N.º de sócio;
- Telefone de contacto;
- Correio electrónico;
- Título da fotografia;
- Lugar e data onde foi tirada.

6 - As fotografias enviadas não deverão conter qualquer tipo de informação inscrita nas mesmas, como data, nome do participante ou local onde foram tiradas, sob pena de não serem admitidas.

7 - As fotografias para concurso deverão ser digitais e enviadas em formato JPG.

8 - O concurso ficará disponível on-line, através de um blogue criado para o efeito.

#### Artigo 7.º Prémios

1 - Prémios finais:

- 1.º prémio: material digital/fotográfico no valor de 1.000 euros;
- 2.º prémio: material digital/fotográfico no valor de 750 euros;
- 3.º prémio: material digital/fotográfico no valor de 500 euros.

2 - A todos os concorrentes será entregue um certificado de participação.

3 - Pela qualidade e originalidade dos trabalhos apresentados poderão ainda ser atribuídas pelo Júri menções honoríficas, caso tal se justifique.

4 - Os prémios e os diplomas serão entregues em cerimónia, a realizar em data e local a designar.

### Futsal

## Educadores do Xuto vencem em Tondela

TEXTO: VASCO GARCIA



A equipa dos Educadores do Xuto foi a grande vencedora da 12.ª edição do torneio regional de futsal, para veteranos.

Na final, que se disputou em 8 de Janeiro, no Pavilhão Municipal de Tondela, o conjunto da Guarda bateu os leirienses da Costa Oeste, por quatro bolas a uma.

Após o encontro, que decorreu com elevada correcção, realizou-se um almoço de confraternização e a entrega de prémios, num restaurante local. Estiveram presentes Aníbal Ribeiro, Francisco Carapinha e, pela organização, António Guiné e António Pimentel, tendo usado da palavra os referidos membros da Direcção do Sindicato dos Bancários do Centro.

## Encontro Ibérico STAS / FES UGT de Espanha

Texto: **PATRICIA CAIXINHA**

Uma comitiva da Direcção do STAS deslocou-se a Badajoz no passado dia 12 de Janeiro, para reunir com dirigentes da Federación Estatal de Servicios (FES UGT Espanhola).

O objectivo deste encontro ibérico foi, sobretudo, a troca de experiências e a partilha de informação sobre o actual sindicalismo e o papel dos Sindicatos.

Foi um encontro enriquecedor, que permitiu um intercâmbio de indicadores sobre a realidade no sector segurador, quer em Portugal, quer em Espanha.

Foram abordados temas como a situação do mercado de trabalho no sector de seguros; a caracterização das empresas que operam no mercado; as convenções colectivas em vigor



nos dois países; as estruturas sindicais em cada um dos países; o estabelecimento de canais de comunicação re-

gular entre as estruturas sindicais; a análise de formas de colaboração imediata: juventude, mulheres, turismo e formação.

O debate de ideias permitiu definir diversas acções que poderemos trabalhar em conjunto, melhorando assim as sinergias entre os dois países e, ao mesmo tempo, permitir que as duas entidades envolvidas neste encontro ganhem asas e cresçam, no sentido de um sindicalismo contemporâneo, adaptado à realidade que marca o nosso dia-a-dia.

Projectos como o intercâmbio de jovens estudantes entre os dois países e a participação em iniciativas pela igualdade ficaram no ar, entre muitas outras que esta sinergia ibérica permitirá desfrutar. ■

### Formação

## 90 horas gratuitas – exclusivo sócios STAS

O primeiro curso de formação e-learning "O contrato de seguro" iniciou-se em 17 de Janeiro.

Temos 21 formandos "on-line" nesta primeira acção, que navegam numa plataforma intuitiva e moderna, cons-

truindo o seu percurso formativo e gerindo o tempo de estudo à sua medida, de acordo com a sua disponibilidade.

Caso ainda não esteja inscrito, relembramos que poderá fazê-lo através do endereço [elerning@stas.pt](mailto:elerning@stas.pt)

### Calendarização das acções no 1.º trimestre

Cursos de formação modular (CFM)	N.º mínimo FMD	1.º TRIMESTRE 2011		
		Janeiro	Fevereiro	Março
O contrato de seguro	6	17-01-2011	11-02-2011	09-03-2011
Seguro automóvel	6	18-01-2011	12-02-2011	10-03-2011
Seguro de incêndio e elementos da natureza	6	19-01-2011	14-02-2011	11-03-2011
Seguro de multiriscos e seguros de responsabilidades	6	20-01-2011	15-02-2011	14-03-2011
Acidentes pessoais	6	21-01-2011	16-02-2011	15-03-2011
Introdução aos seguros de saúde	6	24-01-2011	17-02-2011	16-03-2011
Acidentes de trabalho	6	25-01-2011	18-02-2011	17-03-2011
Aspectos gerais de seguros de vida	6	26-01-2011	21-02-2011	18-03-2011
Seguros de vida clássicos	6	27-01-2011	22-02-2011	21-03-2011
Produtos financeiros	6	28-01-2011	23-02-2011	22-03-2011



### É sócio do STAS?

Então não custa nada! Não perca esta oportunidade! Inscreva-se!

Para mais informações contacte-nos. ■

### Tabela Salarial 2011

## Resposta da APS à proposta do STAS

Texto: **LUIS DIAS**

Em resposta à nossa proposta de actualização da tabela salarial e das cláusulas de expressão pecuniária do CCT de Seguros para 2011, apresentada à APS nos primórdios de Novembro passado, e depois de duas reuniões informais sobre a matéria, entre os Presidentes da APS, STAS e SISEP, recebemos formalmente uma resposta, através da qual a APS informa encontrar-se, (...)

"a pedido das Associadas, a estudar não só o impacto que as medidas insertas na Lei do Orçamento do Estado para 2011 têm em todo o processo da contratação colectiva do sector segurador, mas a avaliar também em que medida a aplicação prática das mesmas pode comprometer a igualdade competitiva entre as Associadas"

A lude, ainda, a APS ao (...) "facto de não ter sido possível chegar a um patamar mínimo de entendimento com os sindicatos, quanto à revisão do CCT de Seguros, cuja denúncia foi oportunamente efectuada pela Associação Portuguesa de Seguradores, em Março de 2004".

Concluindo, estar (...) "a aguardar a conclusão deste processo de estudo e avaliação", para comunicar a sua posição sobre a proposta efectuada, estando, ainda, a envidar todos esforços para poder assumir uma posição, que garanta o necessário equilíbrio entre os interesses das suas Associadas e a definição de um referencial mínimo de segurança para os colaboradores do sector.

Registamos com agrado a última preocupação da APS, na procura do necessário equilíbrio conciliatório de interesses entre empregadores e trabalhadores. Discordamos, todavia, da alusão que é feita de não se ter chegado a acordo quanto à revisão do CCT, chamando a atenção para os seguintes factos:

1. O processo de revisão global do CCT de Seguros iniciou-se, formalmente, no dia 1 de Abril de 2004, com propostas sindicais e contraproposta patronal, tendo sido dada prioridade à discussão, conforme proposta da APS, da matéria das carreiras, categorias e funções, a partir dum estudo, encomendado pela própria APS a uma empresa especializada, e que foi aceite pelos Sindicatos como documento base, sobre o qual se esteve a trabalhar, desde Outubro de 2006 até 12 de Setembro de 2007, e em relação ao

qual os Sindicatos foram dando as suas contribuições, espelhadas num documento intitulado "relatório de progressos", que os negociadores das partes foram validando, através das respectivas actas.

2. O estudo feito pela empresa especializada junto das seguradoras entroncava-se, em certa medida, na proposta conjunta apresentada, em 2004, pelos Sindicatos (STAS e SISEP), sobre esta matéria.

3. Sob proposta, ainda, destes dois Sindicatos foram consensualmente estabelecidas a metodologia e a calendarização das reuniões, que passaram a ser semanais; e todas as partes deveriam fazer um esforço para que, em 30 de Abril de 2007, se desse por concluída a discussão desta matéria.

4. Foi, ainda, consensualizado pelo Grupo de Negociadores que a restante discussão do novo clausulado pudesse estar finalizada até ao 31 de Dezembro de 2007.

5. Só que por razões totalmente alheias aos Sindicatos foram as negociações interrompidas pela APS, em 12 de Setembro de 2007, alegando necessidade de fazer uma consulta aos técnicos que tinham elaborado o primitivo estudo para a sua proposta.

6. Apesar das constantes insistências de per si que os Sindicatos foram fazendo, junto da APS, para serem retomadas as negociações, em Março de 2009, a sua actual Direcção fez tábua rasa deste processo negocial e informou os Sindicatos de que, apenas, pretendia uma revisão "cirúrgica" das cláusulas do CCT vigente, que se encontrassem em desconformidade com as normas imperativas do Código do Trabalho, o que surpreendeu de sobremaneira os negociadores do STAS e do SISEP, tanto mais que tinha sido o seu anterior Presidente a eleger como matéria prioritária a revisão das carreiras, categorias e

funções, cujo desajustamento urge corrigir.

7. Perante este comportamento anti-negocial da actual Direcção da APS e nas reuniões que se realizaram sobre o prosseguimento deste processo à luz desta sua nova pretensão, o STAS, como Sindicato maioritário no contexto da actividade seguradora, nunca abdicou do seu propósito de retomar a discussão da revisão das carreiras, categorias e funções e desse desiderato sempre fez eco nas suas intervenções e escritos.

8. A tal propósito o STAS apresentou numa das últimas reuniões de negociações uma declaração escrita, para ser incluída na acta daquela reunião, no sentido das partes serem mais assertivas, face à realidade que perpassa todas as empresas de seguros, no que concerne às carreiras, categorias e funções.

9. Pelo seu lado, a APS apresentou também uma declaração escrita, o que surpreendeu os Sindicatos, onde referia que, face à posição do STAS, se encontrava impossibilitada objectivamente de continuar as negociações, acrescentando que "a alteração de circunstância justifica, a nosso ver, uma pausa para reflexão...".

10. Uma vez mais, a APS utilizou o argumento de "pausa para reflexão", como tem sido seu apanágio nos últimos anos, para não prosseguir as negociações, quando até já se tinham estabelecido os necessários consensos para a adequação de algumas cláusulas do CCT vigente às normas imperativas.

Ficamos, assim, expectantes a aguardar pelo resultado da clarificante "reflexão" sobre o processo de revisão do CCT, encetado em 2004 e interrompido unilateralmente pela APS em 12 de Setembro de 2007, bem como pela conclusão do estudo e avaliação dos impactos das medidas do OE sobre a nossa proposta de actualização salarial para 2011.

É que a nobre arte da negociação colectiva requer seriedade, empenhamento, compreensão, mas sobretudo vontade política para se chegar a consenso.

Da nossa parte, como Sindicato que elege o primado da negociação colectiva como a via mais importante para se alcançarem os necessários equilíbrios dinâmicos nos processos negociais em que participamos, continuamos empenhados na procura dos indispensáveis consensos para que sejam encontradas as soluções mais ajustadas aos interesses em confronto. ■

Jovens Seguros - 10 anos de Aventura

**Jovens Seguros**

10 ANOS DE AVENTURA

DESDE 382,50

## CAMPO DE FÉRIAS FECHADO

Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso. Estadia em regime de pensão completa ( alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar, ceta ). Prática de Natação, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BBT/Odobolismo, Bsnaga Bal e outras actividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas actividades.

Para Crianças e Jovens a partir dos 7 anos de idade

**2011**

1º Turno: 25 de Junho a 2 de Julho

2º Turno: 2 a 9 de Julho

3º Turno: 9 de Julho a 30 de Julho

4º Turno: 30 de Julho a 13 de Agosto

5º Turno: 13 a 27 de Agosto

6º Turno: 27 de Agosto a 2 de Setembro

• Turno de uma semana

Preços:  
425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada  
525 Euros para Outros

**Pagamentos Fraccionados até Novembro**

10% de Desconto nos pagamentos efectuados na totalidade até à data de início do Turno correspondente.  
( contactar para descontos e condições de pagamento )

## CAMPO DE FÉRIAS ABERTO

**2011**

1º Turno: 4 a 8 de Junho

2º Turno: 8 a 15 de Junho

3º Turno: 15 a 22 de Junho

4º Turno: 25 a 29 de Junho

5º Turno: 1 a 5 de Agosto

6º Turno: 8 a 12 de Agosto

Preços:  
107 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada  
185 Euros para Outros

**Pagamentos Fraccionados até Novembro**

10% de Desconto nos pagamentos efectuados na totalidade até à data de início do Turno correspondente.  
( contactar para descontos e condições de pagamento )

## Eleições em 13 e 14 de Abril

Texto: Rui Santos

De acordo com a convocatória do Presidente da Mecodec, as eleições para os Corpos Gerentes do SBSI, bem como dos delegados ao Congresso, irão decorrer em 13 e 14 de Abril. Mas, por força das alterações estatutárias de 2008, há algumas alterações em relação a actos eleitorais anteriores, que importa desde já reter:

### Caderno eleitoral único

Será elaborado um caderno eleitoral único, pelo que os eleitores poderão votar em qualquer mesa de voto da sua Secção Sindical (de Empresa ou Regional). Esse caderno estará disponível no site do Sindicato desde 12 de Fevereiro, para que cada eleitor possa saber, atempadamente, se nele figura e se a Secção Sindical onde está inscrito é a que lhe corresponde, de facto.

### Eleição em dois dias

A votação presencial decorre, apenas, em 14 de Abril. Mas os eleitores que optarem por votar pela Internet, podem fazê-lo desde as zero horas do dia anterior.

Todas as mesas de voto encerrarão às 18 horas do dia 14, tal como a votação pela Internet. Mas, porque existe diferença horária nos Açores, os eleitores daquela Região Autónoma poderão votar, presencialmente e pela Internet, até às 18 horas locais.

### Votos por correspondência

Mantém-se a possibilidade do voto por correspondência, que, pelos correios, deverá chegar à Mecodec até às 18 horas de 14 de Abril. O material para essa opção será enviado a todos os reformados e os associados no activo deverão pedir esse material, como até agora. Mas deixa de ser necessária a abonação administrativa da assinatura, que passará a ser conferida pela fotocópia do BI ou do cartão do cidadão, que terá de ser enviada com os boletins de voto.

### Voto pela Internet

Deixa de ser necessário pedir o "pin" pessoal para a votação pela Internet, porque ele será enviado a todos os associados, no activo e reformados, em envelope dirigido à sua residência.



### Voto condicionado

Deixa de haver o chamado "voto condicionado", uma vez que os eleitores podem votar em qualquer mesa de voto da sua Secção Sindical e a sua participação no acto eleitoral será descarregada, de imediato, no caderno eleitoral único.

### Mesas descentralizadas

Tendo em conta uma maior facilidade no voto pela Internet, será reduzido o número de mesas descentralizadas para

o voto presencial, sendo criado esse tipo de mesa de voto apenas nos locais onde existam mais de 30 eleitores e onde haja condições para o seu funcionamento.

### Entrega de listas e campanha eleitoral

A entrega das listas concorrentes a estas eleições terá de ser feita até 9 de Março, com a campanha eleitoral de cada lista a decorrer entre 29 de Março e 12 de Abril. ■

## SAMS: há que distinguir entre os que fazem e os que seguem o que está feito

Texto: Rui Riso

De quando em vez temos conhecimento de campanhas, mais ou menos organizadas, que procuram pôr em causa os SAMS dos Sindicatos verticais, nomeadamente os do SBSI. Instalou-se o mal dizer, é mais fácil, não tem de ser explicado. O difícil é explicar o que de bom se faz todos os dias e os efeitos no amanhã do que se fez hoje

Os Acordos colectivos e de empresa, as tabelas salariais, os SAMS, não apareceram por acaso: são resultado da actividade sindical de muitos bancários, desde há muito tempo, que, estando nos locais de trabalho ou no Sindicato, estiveram sempre com o Sindicato.

Os SAMS do SBSI dispõem de serviços próprios de saúde, onde os encargos para os beneficiários são mais baixos e o pagamento diferido e/ou fraccionado. Dispomos de um Centro Clínico, com cerca de 40 especialidades médicas, e um Hospital. Dispomos ainda de postos clínicos periféricos e regionais. A qualidade da prestação de serviços dos SAMS do SBSI é reconhecida pela comunidade em geral, incluindo profissionais de saúde, bem como por seguradoras e outros subsistemas. Aconselhamos sempre o recurso às nossas unidades em primeiro lugar e, em alternativa, às redes convencionadas da AdvanceCare e/ou da Médis, no caso dos colaboradores (e familiares) do BCP, devendo o beneficiário optar pela que lhe for mais favorável, sendo o encargo para os beneficiários nas consultas médicas na rede AdvanceCare de 10€ na província e 12,5€ na grande Lisboa ou grande Porto, e de 15€ na rede Médis, em todo o País. Nas duas redes haverá, decerto, um prestador que preencha os requisitos que o beneficiário procura.

Para além disso, os serviços internos dos SAMS/SBSI – porque temos serviços próprios onde, por exemplo, são prestadas cerca de 400.000 consultas/ano, 20.000 cirurgias/ano, mais de 1M de análises clínicas, rádio e quimioterapia, fisioterapia e muitos outros actos e meios técnicos – estão também ao dispor dos familiares dos nossos sócios e beneficiários, os designados “utentes familiares”, que têm, assim, também, acesso a serviços de saúde de elevada



qualidade, em condições francamente vantajosas e com pagamento fraccionado, de acordo com o tipo e o montante da despesa.

Esclarece-se que a Médis funciona apenas como intermediária, uma vez que as despesas são suportadas pelos SAMS, cobrando por essa intermediação uma comissão, alta, muito alta, e muito mais alta do que a cobrada pela AdvanceCare para o mesmo tipo de serviço. Nem uma nem outra prestam serviços de saúde.

Nos SAMS/SBSI os beneficiários têm ainda acesso à rede bem-estar da AdvanceCare, podendo aceder, com vantagens significativas, a produtos e serviços que vão das ópticas (30% de desconto, a que ainda há a abater o valor da comparticipação) aos ginásios, estéticas, SPA, homeopatia e tantos outros mais.

Independentemente das percentagens das comparticipações, o que importa avaliar é o custo final, a dimensão da rede assistencial e a qualidade dos serviços. Acresce que os encargos nos nossos serviços,

nomeadamente no Hospital, são inferiores aos que são imputados aos beneficiários do SIB, a fazer fé nas tabelas publicadas.

Nunca é demais destacar o facto de não impormos tectos nas despesas, de não virarmos as costas aos bancários, de não os encaminharmos para o SNS ou

para outro subsistema, quando a despesa é maior. Seria útil saber-se quantos beneficiários tem o SIB, qual a estrutura etária, qual a percentagem de activos e de reformados.

O desvirtuar de princípios como a solidariedade e a transversalidade, que estão na génese de sistemas como os SAMS do SBSI, tem permitido divisões e subdivisões geradoras de assimetrias de distribuição de benefícios, questionáveis, sobretudo, numa área tão sensível como a da saúde. Divisões e subdivisões quase sempre associadas a campanhas negativas sobre o que existe, como se as organizações não tivessem passado e fosse dispensável o seu papel social no futuro.

Sabe-se que as novas formas de viver, incluindo as de trabalhar, têm vindo a afastar os cidadãos da participação social mas não podemos viver sempre de costas, criticando as organizações e instituições que pugnam pelos interesses da classe e, aí, há que saber distinguir entre os que fazem e os outros, os que seguem o que está feito porque não se lhes conhece qualquer actividade sindical. ■

## Informadores bancários reúnem-se há 50 anos

Os antigos trabalhadores das informações comerciais da Banca mantêm, desde 1962, um salutar espírito de equipa, que atinge o seu expoente máximo com a realização dos seus almoços anuais, que ainda hoje se mantêm, mesmo depois do falecimento de Augusto Póiares, o principal mentor deste invulgar espírito de equipa, e que nos deixou no início de 2009



As comemorações destes almoços anuais de convívio dos informadores bancários tiveram um ponto alto em 8 de Janeiro, com a realização do seu 50.º almoço de confraternização, no qual participaram quase duas centenas de pessoas. O local escolhido, desta vez, foi o Centro de Férias e Formação do SBSI, em Ferreira do Zêzere, e ali também estiveram presentes José Resende, Mendes Dias e Rui Riso que, em nome da Direcção, tiveram ocasião de expressar a satisfação pela manutenção destes encontros, com Mendes Dias a propor que todos voltassem àquele local em 2014, ano em que Augusto Póiares comemoraria o seu centenário de vida.

Também entrevistaram a filha do homenageado, Ana Póiares, e um antigo colega daquelas lides, Santos Pinto, que fez um rasgado e emotivo elogio à memória de Augusto Póiares, lembrando a sua nobre actividade como casapiano e terminando: "No prefácio do seu livro "Marcos da minha vida", o meu companheiro dos tem-

pos da Casa Pia, Adérito Tavares, começa por citar Alberto Caeiro, o poeta filósofo a quem Fernando Pessoa emprestou vida e voz, e que escreveu, numa das suas odes "põe quanto és no mínimo que fazes", para afirmar, precisamente, que Augusto Póiares é um desses homens "que pôs tudo de si em tudo quanto fez. Um homem de causas e de princípios que bebeu na Casa Pia e que educou o amor pelo trabalho, pela amizade, pela tolerância e pela gratidão", valores e virtudes universais, exemplarmente praticadas, que levaram o Presidente da República a agraciá-lo com a Ordem de Mérito, no grau de Comendador. Pouco tempo exibiu no seu peito honrado tão precioso galardão, porque a exploração mediática e especulativa, que determinada comunicação social fazia da sua "mãe" Casa Pia, minou-lhe o coração até ele não aguentar mais. Ia a caminho de 95 anos e quando ele queria chegar aos 100, para os celebrar jubilosa e fraternamente na "sua" Casa Pia. Celebrá-los-emos nós, casapianos, seus irmãos e

bancários seus amigos, em 2014. O seu exemplo nunca será esquecido".

A efeméride também foi assinalada com o lançamento do livro "50 anos de convívio dos informadores bancários", que teve a colaboração do SBSI, que, ao longo dos anos, sempre apoiou a realização destes encontros, com um exemplar do livro a ser distribuído por cada participante.

Também nesse livro é feita a justa homenagem a Augusto Póiares, ali se lembrando que "faleceu onde quis: no Lar da Associação Casapiana de Solidariedade, junto ao Estádio Pina Manique. Este Lar foi uma das inúmeras ideias que o Augusto Póiares levou por diante, na imensa obra que presenteou a Casa Pia de Lisboa. Homem de convicções e ideias, foi ele que iniciou o convívio dos informadores bancários, tradição que ainda hoje se mantém. Uma das suas últimas ideias é que chegaria aos 100 anos. Não foi possível, mas até aí cumpriu, com uma margem ínfima de 5% de erro: faleceu ao chegar aos 95 anos". ■



Augusto Póiares em plena actividade

### Informador bancário - o que era

A actividade do informador bancário foi extinta no final dos anos oitenta, com a introdução do "scoring", um sistema informático que permite aos Bancos obterem informação comercial sobre os clientes que a eles recorrem para a obtenção de crédito.

Antes, sobretudo nas décadas de 60 a 80 do século passado, cada Banco tinha a sua secção de informações comerciais, de que fazia parte um número variável de bancários, uns com a função de recolherem informações externas sobre os clientes – particulares e empresas – e outros, na retaguarda, para fazerem a necessária compilação dos dados obtidos, para a posterior concessão de crédito.

Estes bancários não se regiam por regulamentos internos mas, fundamentalmente, por códigos de ética. E as informações que recolhiam sempre foram consideradas sólidas e altamente fiáveis.

Esta actividade era de extrema utilidade para os Bancos mas só foi reconhecida como parte da actividade bancária nos anos sessenta, já que, até aí, as entidades patronais não a reconheciam como tal e, por isso, os informadores bancários eram associados do Sindicato dos Escritórios. ■





## FOTO FEBASE 2011

O 1.º Concurso Fotográfico que abrange todos os Sindicatos da FEBASE inicia-se em Fevereiro

CONCURSO  
**FOTO**  
STAS SBSI  
2010

### Terminou o FOTO STAS/SBSI 2010

A cerimónia de entrega de prémios aos vencedores do concurso de 2010 já decorreu, no passado dia 7, durante a inauguração da exposição das fotos premiadas, que ficará patente, até ao final do mês, no Museu do SBSI.

*A Equipa FOTO STAS/SBSI*